anefa

Revista da Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

N.º 5 ● 3€ ● Trimestral
Julho/Agosto/Setembro 2009

Promover a segurança e a saúde no trabalho florestal

4

CAOF
Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais

17

Incêncios Florestais
O princípio do fim!

24

Revista da Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Mais uma prova de fogo!!!

A situação vivida nos últimos anos em Portugal vem colocar em definitivo a necessidade do País reflectir e definir o que pretende com um terço do seu território, tendo em visa o peso da floresta na qualidade de vida, na satisfação das populações e na economia nacional.

Pedro Serra Ramos
Presidente da Direcção

A Floresta tem estado na ordem do dia, no entanto nem sempre pelas melhores razões. Mesmo antes da época dos incêndios, assistimos a uma pressão à sustentabilidade da floresta, mas segundo os especialistas, estamos perante um período decisivo onde se irá verificar a eficácia do sistema de combate aos incêndios florestais, a resposta no terreno, e o mais importante, se teremos aprendido alguma coisa com os erros do passado.

Não podemos esquecer que só em 2003 arderam 420 000 hectares, dos quais 281 000 eram de floresta, e cujo impacto desta calamidade ainda tem repercussões nos dias de hoje, quer pela madeira queimada que ainda se encontra por abater, não permitindo a reflorestação dessas áreas, quer pela degradação dos solos, ou pela propagação de pragas e doenças.

A ANEFA acredita então que terá efectivamente de haver uma transformação na estrutura e delineamento de prioridades, onde por exemplo a promoção da segurança e da saúde no trabalho no sector, terá certamente um papel preponderante, podendo levar a uma mudança de mentalidades e atitudes, contribuindo para a sustentabilidade da floresta.

Ainda nesta edição, fazemos referência ao trabalho da CAOF – Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais, que tem por missão permanente o estudo e actualização dos custos e tempos de trabalho para a elaboração de matrizes de referência, das diversas operações florestais, desde a arborização, manutenção e condução dos povoamentos, até à exploração florestal.

As matrizes de referência são sem dúvida uma ferramenta essencial à análise de projectos florestais no âmbito do ProDer, no entanto, só agora foram aprovadas, tendo contribuindo para mais uma lacuna no funcionamento do Programa.

índice

Ficha Técnica

anefa
Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Rua dos Arneiros, 72 A C/V A ■ 1500-060 Lisboa
Telf:: 214 315 270 ■ FAX: 214 315 271 ■ Telm.: 912 545 930
E-mail: geral@anefa.pt ■ Site: www.anefa.pt
NIF: 502 140 550

Director Eng.º Pedro Serra Ramos ■ **Sub-Director Redacção e Coordenação** Eng.ª Joana Faria - joanafaria.anefa@gmail.com
Design e Produção Gráfica Diferentes Meios ■ **Tiragem** 1500 exemplares
Impressão Estúdios Fernando Jorge, Lda. ■ **Periodicidade** Trimestral
Deposito Legal 279002/08 ■ **Inscrição ERC** 125448 ■ **Preço** 3€

"Revista Independente, sem qualquer subsídio estatal e/ou privado"
Os textos e a publicidade são da inteira responsabilidade dos seus autores.

A TerraGes é a empresa líder de mercado no fornecimento de ferramentas profissionais para a realização de inventário florestal, levantamento GPS com precisão submétrica e elaboração de cartografia digital.

Fornecemos soluções completas para profissionais exigentes no âmbito da gestão de recursos e planeamento florestais.

GPS Submétrico Archer XF101

- GPS Submétrico Integrando EGNOS
- Receptor de 12 Canais Paralelos
- Plataforma Windows Mobile 6.0
- Processador Intel Xscale PXA270, 520 MHz e 128 MB RAM
- Carrega cartografia raster e vectorial em imagem de fundo
- Bluetooth, WiFi Integrados e Suporte de Cartões SD e CF
- Possibilita a Instalação do ArcPAD, DigiTerra e myCollect
- Ecrã Táctil de Elevada Visibilidade de 89 mm diagonais
- À Prova de Água, Poeiras e Choques (Norma IP67)

Software DigiTerra para SIG

O software DigiTerra Explorer é uma solução completa e uma excelente alternativa ao ArcPAD/ArcView sendo também substancialmente mais económica.

Integra a recolha de elementos georeferenciados em campo e a visualização de mapas raster e vectoriais, em conjunto com sistemas GPS interligados com Pocket PCs.

Através da integração, num único programa, de algoritmos específicos, é possível, sem qualquer tipo de conversão de dados, a manipulação de informação original (ficheiros SHP, CAD, TIFF, SID, JPG, etc).

Ferramentas para Inventário Florestal

A TerraGes comercializa uma vasta gama de soluções para os técnicos de inventário florestal:
- Sutas Manuais;
- Sutas Digitais;
- Hipsómetro Vertex IV;
- Vertex Laser;
- Verrumas;
- Clinómetros;
- Bússolas;
- Medidores de Distância Laser e Ultrasónicos
- Sprays para Marcação de Árvores e Parcelas
- Computadores de Campo c/ Plataforma Windows Mobile
- Medidores de Espessura de Casca

Software de Recolha de Dados para Inventário Florestal myCollect

O software myCollect permite a recolha de dados de inventário florestal de um modo simples, rápido e seguro.

É totalmente configurável quer para criação de formulários de recolha para espécies, parâmetros dendrométricos, parcelas, povoamentos, estado fitossanitário, etc.

TerraGes, Novas Tecnologias para a Gestão Agro-Florestal e Ambiente, Lda.
Rua Ramiro Ferrão n.º 49 – 3º. Dto 2800-507 ALMADA
Telefone: 212 744 067 / Fax: 212 760 924
www.terrages.pt / info@terrages.pt

ACT

Promover a segurança e a saúde no trabalho florestal

ACT
AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO

Entre as actividades rurais, o trabalho florestal, em especial a exploração madeireira, constitui um dos mais perigosos e onde se verificam graves acidentes de trabalho.

De facto, o trabalho florestal comporta uma série de riscos e especificidades que obrigam a adopção de práticas seguras particularmente no que respeita à organização do trabalho, à utilização de máquinas e equipamentos de protecção individual.

A diversidade de tarefas e as particularidades do meio ambiente onde se desenvolve – sob a forma de estaleiros móveis, locais isolados, terrenos irregulares – além da penosidade, determinam uma planificação cuidada e exigem uma política de gestão eficaz no domínio da segurança e saúde por parte dos empregadores e o cumprimento de medidas preventivas pelos trabalhadores.

Para além da escolha criteriosa de equipamentos a utilizar, da adequação dos acessos às frentes de trabalho, de acautelar a interdição a terceiros aos locais onde se desenvolvem os trabalhos, o empregador é obrigado a avaliar os riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores com a adopção de convenientes medidas de prevenção, devendo mobilizar os meios, as máquinas e o equipamento de protecção necessários tendo em conta a evolução da técnica.

As responsabilidades dos trabalhadores passam por uma cooperação em diversos domínios das actividades preventivas, pelo cumprimento das prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho, zelando pelo seu bem-estar bem como das outras pessoas.

Organização do trabalho

Na exploração madeireira compreende-se um conjunto de operações que vão desde o abate de árvores até ao seu carregamento e transporte.

É habitual recomendar-se o corte das árvores na época Outono-Inverno, embora, na prática, a operação seja levada a cabo ao longo de todo o ano.

Entre outros aspectos, o plano de cada intervenção deve contemplar a verificação da existência de todos os equipamentos, ferramentas e produtos (óleos e combustíveis), a sinalização das árvores a abater, a preparação dos locais de trabalho (remoção de terra ou areia e limpeza da casca).

A forma da copa da árvore, o perfil do tronco da árvore (se for encurvado obrigará ao afastamento rápido do motosserrista durante a queda, dada a possibilidade de ressalto), os ramos secos que estejam em risco de queda, os fios eléctricos ou telefónicos, a proximidade de linhas de alta tensão e caminhos de fuga também deverão ser atendidos na planificação dos trabalhos.

Para uma adequada realização do abate, será ainda de ponderar a influência do vento, a direcção de queda da árvore, a disponibilidade de cunhas e da panca para facilitar o abate de árvores grandes ou de árvores inclinadas e uma distância de segurança entre dois operadores, que deve ser superior ao dobro da altura média das árvores a abater.

O **abate** é precedido da operação de marcação de corte.

A motosserra deve ser apontada na direcção de queda pretendida para a árvore, devendo o motosserrista colocar-se do lado direito da árvore, o ombro esquerdo encostado ao tronco da árvore, permitindo uma economia de esforço.

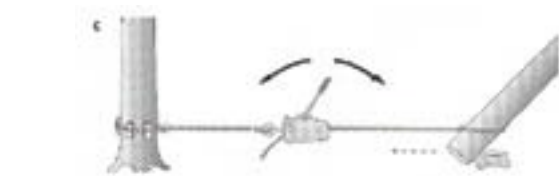
Num corte de abate, deve realizar-se, em primeiro lugar, o corte superior e, só depois, o corte inferior.

O corte de abate deve ser feito de forma a permitir a introdução de uma cunha, para evitar o retrocesso da árvore e não prender a lâmina-guia da motosserra. Também poderá ser utilizada a panca, desde que exista espaço livre para que a corrente da motosserra não toque no metal.

De seguida, corta-se até à presa e assim que o motosserrista verificar a tendência da queda, deve retirar a motosserra, auxiliar a queda com a panca afastando-se para trás, quando a árvore inicia a queda, de modo a prevenir um possível ressalto do tronco.

Quanto ao abate de árvores enganchadas deve-se, em primeiro lugar, procurar o ponto onde a árvore está enganchada e avaliar a situação que é sempre muito perigosa.

Nunca se deve abater a árvore que a suporta, nem trabalhar por baixo da árvore enganchada ou abater uma árvore por cima de uma árvore enganchada.

Sempre que possível, devem utilizar-se meios de tracção para libertar a árvore (tractor com guincho, moto-guincho, cordas).

Relativamente ao abate de árvores tombadas nunca deve ser executado por um operador isolado, ter em conta as tensões a que o conjunto está sujeito e verificar se as raízes levantadas estão seguras de modo a não caírem sobre o motosserrista, quando a árvore for cortada.

A utilização dos equipamentos de trabalho neste sector de actividade exige uma considerável resistência física e capacidade de concentração, associadas a posturas e gestos determinados e à utilização de considerável força muscular na movimentação manual de cargas pelo que na organização do trabalho deverão ser tomadas medidas que evitem os efeitos nocivos do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores, eliminando ou minimizando os riscos associados às lesões músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho (LMERT).

No âmbito da operação de extracção dever-se-ão considerar diversos processos de trabalho fundamentais de que destacaremos a rechega manual, devendo evitar-se, sempre que possível, levantar e transportar a madeira a braço. Quando isso não possa ser evitado, as distâncias a percorrer devem ser mínimas, procurando-se que a direcção de abate facilite o acesso aos caminhos de extracção. Para além disso, dever-se-ão prever pausas regulares, de modo a reduzir a carga de trabalho físico.

O trabalhador deve manter o dorso direito e fazer trabalhar os músculos das pernas, devendo a carga estar bem equilibrada e próxima do seu próprio corpo. O trabalhador deve ainda escolher

um caminho livre de obstáculos.
Quando vários trabalhadores transportem um toro, é o trabalhador que se encontra mais atrás da carga que deve dar o sinal para levantar e deixar cair a mesma. Todos os trabalhadores deverão estar do mesmo lado do toro e, em terreno acidentado, devem estar sempre do lado superior da pendente.

Quanto à extracção com tractor arrastador e guincho, a carga deverá ser içada de modo a ficar encostada à chapa de encosto, sem provocar o balanço da mesma, deve evitar-se caminhar ao lado da carga e, nos terrenos com declive, os trabalhadores deverão deslocar-se do lado superior da encosta. Deve evitar-se descarregar o material num local a seguir a uma curva, uma lomba de estrada ou debaixo de fios eléctricos. Nenhum trabalhador deve sentar-se ou estar de pé sobre a carga em movimento, nem tentar recolocá-la manualmente.
Relativamente à extracção por meio de cabo grua, a cooperação no trabalho entre os operadores é muito importante nas manobras que têm de ser executadas. Os membros da equipa devem conhecer muito bem os sinais de comunicação. O operador do guincho deve estar atento e responder imediatamente ao sinal de paragem. Nenhuma outra actividade deve ser realizada, pelo menos, a uma distância inferior a 20m do sistema, enquanto o cabo-grua está em movimento. A zona de trabalho em volta do guincho deve estar desimpedida de qualquer obstáculo e o operador não deve trabalhar no ângulo formado pelos cabos de tracção.
Nas operações de empilhamento em carregadouro, a escolha da localização e a disposição dos carregadouros deve ser determinada previamente. Os produtos florestais devem ser armazenados num terreno estável e horizontal. As pilhas devem ser dispostas e mantidas em equilíbrio estável e bem seguras, não devendo ultrapassar 1m, no caso de se utilizar a movimentação manual dos troncos, e 2m nos demais casos.
Deve evitar-se o empilhamento dos troncos/toros à beira dos caminhos íngremes.
Na operação de carregamento, é necessário ter em conta que os veículos a carregar devem estar estacionados de modo seguro, com o travão de mão accionado. Não deve estar ninguém na plataforma do veículo ou na cabine (salvo o operador da grua, quando os respectivos comandos são accionados na cabine). Os trabalhadores devem manter uma distância de segurança face aos toros que têm de girar ou cair e manter-se fora da zona de riscos no caso de um cabo se partir. Os veículos de transporte devem respeitar as cargas máxima estabelecidas por lei. A carga nos camiões deve estar bem equilibrada e fixada por cabos, cordas ou cintas suficientemente robustos, para impedir que os troncos se desloquem durante o transporte.

Utilização das máquinas

A mecanização neste sector é hoje um imperativo de continuidade desta actividade. A motosserra apesar de conhecer hoje em dia uma utilização vulgarizada constitui um equipamento complexo e perigoso, que exige do seu operador um nível elevado de formação. Ao adquirir uma motosserra, deve escolher-se a melhor relação entre potência e peso da máquina por causa da fadiga. A consulta do "Manual de Instruções" é indispensável porquanto permite um boa selecção do equipamento mais adequado ao trabalho a realizar e o conhecimento exacto das regras a observar na sua utilização.
Para as máquinas multifunções – harvester – a formação profissional é essencial, dada a complexidade de utilização das mesmas, fazendo apelo a conhecimentos especializados.

É importante que o trabalhador comunique imediatamente as avarias e deficiências por si detectadas nas máquinas e equipamentos, que se lhe afigurem susceptíveis de originar perigo grave e iminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de protecção e que a manutenção dos equipamentos seja cuidada e sistemática.

Formação e qualificação

Procurando criar competências necessárias, ajustar atitudes correctas e interiorizar comportamentos seguros, a formação enquanto princípio de prevenção, visa prevenir os riscos associados ao gesto profissional.
O empregador é obrigado a dar instruções adequadas aos trabalhadores, ter em consideração se os trabalhadores têm conhecimentos e aptidões em matérias de shst que lhes permitam exercer com segurança as tarefas de que os incumbir, devendo identificar os domínios que, em tal contexto, devem ser privilegiados, como sejam os que se associam às posturas de trabalho, à utilização de equipamentos (características e modo de funcionamento, dispositivos de segurança e manutenção da motosserra, por exemplo.) e à organização do trabalho (cortes para o abate, abate de árvores enganchadas, abate de árvores tombadas, corte de ramos, por exemplo.).
A formação de operadores qualificados para a prestação de serviços em operações florestais deverá ser uma das preocupações deste sector.

Texto cedido pela Autoridade para as Condições do Trabalho

ANEFA é pioneira

em ensaios de monitorização de *Monochamus galloprovincialis*

A ANEFA em parceria com a AT&F está a desenvolver ensaios de monitorização de *Monochamus galloprovincialis*, insecto-vector do Nemátodo da Madeira do Pinheiro.

O controlo da população de indivíduos deste coleóptero, apreendendo o maior número possível de adultos *Monochamus galloprovincialis*, pretende minimizar ao máximo as possibilidades de novas infecções.

A instalação de armadilhas com atractivos específicos para monitorização e captura massiva deverá decorrer de Abril a Outubro, coincidindo com o período de voo do insecto vector.

ANEFA

associa-se ao "Câmaras Verdes"

Na apresentação do projecto FORURAL, a ANEFA contou com a parceria do Jornal do Ambiente e Energia - Câmaras Verdes, que destacou o Fórum dos Produtos & Serviços Agro-florestais como a loja do cidadão para o sector agro-florestal, pretendendo assegurar e revitalizar as expectativas de negócio para o sector agro-florestal. Esta importante iniciativa da ANEFA surge numa época em que prestadores de serviços, proprietários e autoridades competentes reclamam uma gestão activa da floresta e uma agricultura de progresso.

www.camarasverdes.pt

www.forural.com

Cooperação

Para o desenvolvimento do seu trabalho e defesa das suas associadas, a ANEFA colabora com diversas entidades responsáveis dos diferentes sectores de actividade, nomeadamente:

A Floresta em Debate

o balanço das jornadas

Numa altura de crise evidente na economia nacional, a ANEFA organizou as Jornadas *A Floresta em debate*, uma reflexão profunda ao estado actual do sector.

Com uma ocupação de cerca de 38% do território nacional, a floresta portuguesa tende a ser apenas notícia na época dos fogos, pelo que se torna é urgente a tomada de consciência de que este é um sector em que importa realçar a quantidade de postos de trabalho associados, a contribuição para o PIB nacional, o seu papel no combate à desertificação e o seu valor ambiental e social.

O *cluster* florestal representa 5,3% do VAB total da economia, 14% do PIB industrial, 9% do emprego industrial, 12% do total das exportações nacionais. Só a indústria da transformação representa em Portugal o equivalente a 98 "Qimondas", números que não podemos ignorar e aos quais se juntam os cerca de 400.000 proprietários florestais, e os160.000 postos de trabalho, correspondentes a 3% da população activa.

A floresta portuguesa tem hoje dois grandes inimigos: a falta de sustentabilidade e as alterações climáticas, que poderão, a curto prazo, conduzir a um declínio do sector.

O Fundo Florestal Permanente (FFP) teria aqui um papel preponderante, mas o balanço de quatro anos de existência e mais de 100 milhões de euros arrecadados, levanta a pergunta de quantos hectares de floresta foram tratados ou plantados com o dinheiro gerado através deste fundo. Contas feitas, se direccionado para arborização e prevenção, representaria a criação de mais de 6.000 postos de trabalho directos e permanentes nas zonas rurais, a plantação de 72 milhões de árvores,

a florestação de 60.000 hectares, a limpeza preventiva de 140.000 hectares e uma receita para o Estado de mais de 22,5 milhões de euros de contribuição TSU, IRS e IRC. Mas para que serve afinal o FFP?

A existência de Quadros Comunitários poderia constituir outra das soluções, mas o ProDeR – Programa de Desenvolvimento Rural tem-se apresentado como a pior versão dos quadros de apoio conhecida até hoje, ignorando intervenientes e culminando num sistema fechado, cuja aplicação nada tem a ver com a realidade agrícola e florestal do país.

Assim, aquele que se entendia como instrumento estratégico e financeiro, para o período entre 2007-2013, verte-se em processos informáticos rígidos e complexos, e apenas em 2008 viu regulamentadas as medidas florestais, com a abertura dos primeiros concursos. No primeiro semestre de 2009, iniciou-se o período de decisões e contratações, no entanto, espera-se ainda para o corrente ano, a abertura de novos concursos. Sabe-se, hoje, que no enquadramento dessas medidas, o maior número de pedidos de apoio verificou-se na *Melhoria produtiva dos povoamentos* e que a Região Centro apresenta o maior número de pedidos de apoio, com excepção dos relativos à *Protecção contra Agentes Bióticos Nocivos e Recuperação do Potencial Produtivo* que incidem, principalmente, no Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo. No entanto, dois anos e meio após o início do 4º Quadro Comunitário, é de lamentar que apenas existam dados sobre pedidos de apoio, sem que no entanto, nenhum projecto tenha sido já aprovado, pondo em causa o desenvolvimento e o investimento no sector.

Perante esta situação, seria sensato apoiar o gestor e incentivar o investimento na floresta mas, contrariamente ao expectável, surgem mais entraves ao acesso ao financiamento para o sector, como por exemplo, a obrigação de apresentação do Plano de Gestão Florestal previamente à data da candidatura. Para o sector, os planos de gestão florestal (PGF) têm enquadramento na Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), no Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) e nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), e deverão constituir uma *ferramenta para o proprietário garantir à perpetuidade, a produção ou manutenção de produtos e serviços ambientais, económicos ou sociais dos espaços florestais a seu cargo*. Mas, uma vez mais, o sistema falha, já que parte dos elementos necessários à elaboração de um PGF não estão disponíveis, sendo que o actual Decreto-Lei (nº16/2009 de 14 de Janeiro) remete para normas técnicas de elaboração definidas e publicitadas pela AFN e, até à data, não há qualquer conteúdo apresentado, sendo a consequência imediata o número significativo de PGF ainda em análise (mais de 350) e apenas cerca de 5% de documentos já aprovados.

Numa altura em que se reclama uma gestão florestal sustentável e tanto se fala em certificação florestal, a produtividade aparece como uma mais-valia para todos os agentes da fileira, produtores, prestadores de serviço e industriais. No entanto, a complexidade da legislação florestal é, talvez, um dos maiores constrangimentos do sector, favorecendo o não cumprimento sistemático por parte dos proprietários, acompanhado de um sistema fiscal que não estimula a florestação, nem sequer a gestão dos espaços, aumentando o risco de incêndios e contribuindo para o abandono dos terrenos florestais. Prova disso é o novo Código Florestal que, não vertendo a opinião dos agentes do sector, apenas se traduz num conjunto de leis de carácter penalizador, ao invés da vertente de incentivo que deveria transparecer.

A manutenção da biodiversidade, a capacidade regenerativa, a vitalidade dos povoamentos, o aumento da eficácia e eficiência das operações e o aumento da rentabilidade das actividades florestais são, assim, alguns dos desafios às soluções técnicas para o desenvolvimento da floresta que, ao longo dos últimos anos, tem apresentado um recuo significativo. É de realçar que, com excepção do sobreiro, a floresta regrediu entre 1995 e 2006 cerca de 11%, 10 anos que representam uma redução de 32% do volume e de 27% da área, só para o caso do pinho.

É inevitável falar em desafios e em floresta sem falar de pragas e doenças. O Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) é, talvez, o mais mediático de todos. No entanto, assistimos ao aparecimento de novas doenças que colocam, mais uma vez, em causa a sustentabilidade da floresta. É o caso do Cancro Resinoso do Pinheiro, que surge numa altura em que a fileira do pinho em Portugal se encontra já comprometida.

Na tentativa de controlo destas pragas e doenças, sur-

gem agora modelos de actuação como, por exemplo, a instalação de armadilhas para monitorização do insecto vector do NMP, prática que a ANEFA adoptou como ensaio experimental. No entanto, não se pode simplesmente ignorar que sendo o volume de pinho, em Portugal Continental, de 67,1 milhões de m3, e tendo por base 4% de amostras positivas para o NMP (dados avançados em 2008), resulta em 2,68 milhões de m3 de madeira infectada em Portugal. A este valor, que equivale a uma perda de 40 milhões de euros e de 11.000 hectares de pinheiro bravo (considerando uma produção normal de povoamentos a metade do termo de exploração), está subjacente cerca de 16,5 milhões de euros necessários para reflorestação, com um esforço logístico no mínimo de 33.000 horas de máquina, 44.000 jornas de pessoal e cerca de 14 milhões de plantas.
A ANEFA apresentou uma proposta que incidia no consumo primordial por parte da indústria da madeira infectada, ou seja, 2,68 milhões de m3, que seriam processados em cerca de 7 meses. Até hoje, essa proposta não mereceu qualquer atenção por parte das entidades competentes, e em alternativa, foi entregue 8 milhões de euros às cooperativas, estruturas de baldios, entidades de investigação e desenvolvimento e associações de produtores florestais, sem que sequer tivesse sido convenientemente definida a área geográfica de actuação de cada uma delas e os objectivos a que tal verba foi destinada. O resultado está à vista, a madeira baixou praticamente 23 %, as empresas de exploração florestal e a indústria não deram prioridade à madeira afectada e o risco de propagação da praga aumenta exponencialmente.
A esta problemática junta-se os incêndios florestais, reveladores de números impressionantes como os 1.375.000 hectares que arderam, de 2000 a 2005, sendo que, só em 2003, dos 420.000 hectares queimados, 281.000 hectares foram de floresta. Nesse ano, foram então criados os chamados parques de recepção de madeira queimada, com um custo de 800.000 euros, a que se adiciona um custo de 700.000 euros de aquisição de madeira (25 euros líquidos, por tonelada de pinho acima de 7 cm), com um prejuízo directo de, aproximadamente, 576.000 euros. Seis anos depois e feitas as contas, sabe-se que entrou no circuito estabelecido apenas 1% da madeira queimada de pinho nesse ano, colocando em causa toda a estratégia e principalmente todo o investimento. Não é pois de estranhar que ainda hoje exista madeira desses fogos por abater, significando que as áreas não foram libertadas para reflorestação.
As questões que então se colocam são: O que ganha o sector florestal com este procedimento?
O que ganha o país com esta forma de actuação?
Por todos estes motivos, a ANEFA acredita que o debate constituiu uma reflexão sobre o sector florestal, considerando-se urgente um ponto de viragem, com o apoio de todos, produtores, prestadores de serviços, indústria e Estado. Este é um alerta aos grandes desafios para a actual geração de florestais e sociedade em geral. Uma conjugação de interesses, uma liderança forte, uma coordenação de esforços por um bem comum, a floresta.

Joana Faria ■ ANEFA

ProNatura

Os novos desafios em responsabilidade social e ambiental para a reflorestação

Tendo sido 2008 por excelência um ano em que muitas empresas apostaram de forma positiva em reflorestação, no âmbito do ProNatura, cabe-nos trabalhar para igualar ou mesmo superar os resultados no presente ano. Desde o final do ano anterior que alguns parceiros de reflorestação assumiram o compromisso de continuar a reflorestar durante este ano.

O compromisso de plantar hoje para colher amanhã, tem sido encarado de forma muito positiva e tem contribuído para um maior envolvimento da sociedade civil nos problemas que o sector florestal em particular a reflorestação de áreas ardidas enfrenta todos os dias.

O facto de as empresas poderem ter a oportunidade de uma forma muito activa e voluntária, participar em limpezas de matas e nas plantações de várias espécies florestais, tem vindo a fortalecer os laços criados em torno de um objectivo comum. Criar mais e melhor floresta para o futuro.

Antigos parceiros têm lançado o desafio a outras empresas, que em muito têm ajudado para que novas florestas despontem em tanta área ardida, que tão dificilmente seria cuidada de novo.

Esta força que nos move só é possível com a boa vontade e a perseverança de todos.

A Allianz assumiu o compromisso de plantação de 2.000 árvores, tendo também levado os colaboradores a fazer a limpeza das áreas a plantar. Este número de árvores tem sido constante e já vai no 3º ano consecutivo.

A campanha de plantação de uma árvore por cada adesão ao extracto online tem já 2 anos e promete continuar a reflorestar de Norte a Sul. Já são 75.000 árvores no total.

Este ano o Montepio renovou o compromisso de responsabilidade social e ambiental e à semelhança do ano anterior aprovou para este ano 5.000 árvores para reflorestação.

A primeira empresa a levar a cabo uma plantação com voluntários no inicio do Projecto ProNatura volta a assumir a oferta de 2.500 árvores este ano. Contam já com muitos milhares de árvores e muitas horas de voluntariado nas plantações.

Por cada cliente que adquiriu um determinado produto da marca Tefal, estava associada a plantação de uma árvore. E assim chegaram a 10.000 árvores.

A campanha 1 Toyota 1 Árvore já tem alguns anos e para o presente foi assumido o compromisso de plantação com o mínimo de 13.000 árvores. Esta campanha desde 2006 já ajudou a plantar muitas dezenas de milhar de novas árvores por todo o País.

A primeira parceira a celebrar um protocolo de parceria no âmbito do Projecto ProNatura, e já com milhares de árvores plantadas em vários anos, envolveu os clientes na troca de pontos do cartão BP Premier Plus, que resultou em 1.200 árvores. Mais 200 árvores se juntam à plantação com o Road Show da BP Gas, que percorreu muitas cidades durante alguns meses.

A JohnsonDiversey quer compensar as deslocações dos seus 280 colaboradores e assumiu a plantação de um mínimo de 1.000 árvores. No ano anterior conta já com mais 6.000 árvores plantadas.

Numa original campanha de SMS no dia 21 Março – dia da árvore, a OptimusTAG levou a que mais 500 novas árvores sejam plantadas este ano.

Foram já plantadas 1.000 árvores resultantes da campanha de aquisição de novos dicionários e de reciclagem de antigos, levada a cabo pela Porto Editora.

Pelo 3º ano a Timberland "vende árvores" nas suas lojas, onde o cliente fica com o respectivo comprovativo, e um crachá dos 5 modelos disponíveis. Este ano o compromisso é de 20.000 árvores, que se juntarão às 25.000 dos anos anteriores.

O **ProNatura** em nome da floresta agradece o empenho de todos!

Reflorestação de áreas ardidas e recuperação de zonas degradadas.

Em nome da floresta, o ProNatura agradece.

O Projecto **ProNatura** ajuda a dar uma resposta de sustentabilidade a empresas com empenho nas áreas de responsabilidade ambiental e social. A parceria com empresas Nacionais e Multinacionais que desde o primeiro minuto acreditaram que era possível voltar a ter florestas, matas e espaços verdes, tem crescido todos os anos e apresentado sempre resultados surpreendentes.

A floresta pede um minuto do seu tempo.
Ela está lá todos os dias por si e pelos seus.

www.anefa.pt

Notícia de última hora

A campanha de desmaterialização de extractos do BES no ano 2008 valeu o Prémio Spot de Rádio. Quem não se lembra da música "Eu era um lenhador..."? O Projecto ProNatura, foi o parceiro escolhido para esta campanha. De acordo com Madalena Freire de Andrade (Marketing de Comunicação & Estudo do Consumidor) "*O prémio atribuído a este spot de rádio tem um papel especial. Não só premeia a criatividade como premeia os nossos clientes que tiveram o papel principal, ou seja, escolheram plantar uma árvore por terem aderido ao extracto digital BES. As nossos clientes e à ANEFA, obrigado. O vosso papel foi fundamental.*"
Queremos também deixar ao BES o nosso agradecimento pelo compromisso assumido com a nossa floresta.

Texto por Cristina Gomes Torres ■ Coordenadora ProNatura ■ ANEFA

Projecto ProNatura associou-se
ao National Geographic Channel na '**Casa Eficiente NGC by EDP**'

A 'Casa Eficiente NGC by EDP' foi inaugurada no passado dia 29 de Maio ('Dia da Energia') e esteve aberta ao público até dia 05 de Julho de 2009, junto ao Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva.
Fazer a diferença através de simples gestos e sem perder conforto foi o objectivo deste projecto.
Sendo a conservação e a educação dois pilares da National Geographic Society, a par da investigação e da exploração, a 'Casa Eficiente NGC by EDP' surgiu como a materialização dos mesmos e uma extensão da sua missão. Este projecto reforçou a aposta do NGC Portugal na localização de conteúdos, que teve início em 2007, com a produção de documentários filmados em Portugal.
A par desta iniciativa, também a floresta portuguesa esteve presente. A parceria estabelecida entre o Projecto ProNatura da ANEFA e o NGC, permitiu que os muitos milhares de crianças que visitaram a 'Casa Eficiente NGC by EDP' tivessem levado para casa uma pequena árvore para plantar. Desta forma, foram oferecidos sobreiros, pinheiros e azinheiras, que foram plantados em jardins ou em vasos nas varandas, que crescerão e irão ser um pequeno contributo à melhoria do ar que respiramos.
Cada gesto, por mais pequeno que seja, pode fazer a diferença.
O que você faz conta!

25 Dicas Eficientes muito úteis no dia-a-dia

01 Logo que a bateria do seu telemóvel estiver carregada, desligue-o do carregador e o mesmo da tomada eléctrica. Evite deixar o telemóvel a carregar durante a noite. Não deixe o carregador do telemóvel ligado à tomada depois de carregado, pois estará a consumir energia.

02 Aproveite ao máximo a luz natural/solar e utilize a iluminação artificial de um modo responsável. A iluminação é responsável por cerca de 10 a 15% do consumo de electricidade total da habitação.

03 Pinte as paredes e o tecto com cores claras, que reflictam melhor a luz, reduzindo a iluminação artificial.

04 Substitua as lâmpadas incandescentes clássicas por lâmpadas de baixo consumo ou economizadoras. As lâmpadas fluorescentes compactas dão a mesma luz, mas poupam 80% da energia eléctrica utilizada e duram 8 vezes mais. Na substituição, dê prioridade às que mais tempo estão acesas.

05 Se possível instale janelas de elevado desempenho térmico. Contribuem para a redução do consumo energético da sua casa até 40% (energia de aquecimento e de arrefecimento).

06 Quando receber publicidade indesejada, recicle o papel. Mais de 50 milhões de árvores e 75 mil milhões de litros de água são gastos todos os anos na produção de publicidade. Cerca de 40% (mais de 3 milhões e 500 mil toneladas) deste tipo de publiciade vai para o lixo sem ser aberta.

07 Desligue a televisão no botão e não apenas no comando. Durante o período em que se encontra em modo de espera (stand-by), continua a consumir energia.

08 Opte por equipamentos com a etiqueta "Energy Star", que identifica os mais eficientes do ponto de vista energético. Estes têm a capacidade de passar a um estado de repouso (modo de baixo consumo de energia) quando não estão a ser utilizados, sendo o consumo de energia 15% inferior ao consumo normal.

09 Recicle os cartuchos da impressora. Se colocássemos lado a lado os cartuchos que são deitados fora num ano, seriam suficientes para circundar o nosso Planeta.

10 Antes de comprar um aparelho de climatização, isole a sua casa convenientemente e escolha um equipamento com potência adequada. Cerca de 60% da energia dos sistemas de aquecimento é desperdiçada ao escapar por zonas que podem ser facilmente isoladas.

11 Opte por pintar a sua casa com cores e/ou tintas absorventes ou reflectoras em função das necessidades da sua casa para atingir o conforto térmico. Em zonas de muito calor, dê preferência a cores claras na pintura das fachadas e coberturas.

12 Plante alguns verduras no seu jardim ou varanda. Assim reduzirá o número de idas ao supermercado, poupando na gasolina e diminuindo a poluição do Planeta.

13 Se tem jardim, plante árvores. A sombra das árvores faz reduzir a evaporação das plantas. No caso das árvores de fruta poupará nas deslocações ao supermercado.

14 Plante as árvores de folha caduca perto das superfícies envidraçadas. Protegem os envidraçados dos raios solares no Verão e deixam-nos entrar no Inverno.

15 Coloque barricas de água à volta de casa para armazenar a água da chuva. Se a utilizar para todas as tarefas de exterior, como por exemplo, regar a relva, lavar o carro, etc., pode poupar até cerca de 24 mil litros de água e € 60 por ano.

16 Evite utilizar produtos descartáveis – copos, guardanapos, panos de limpeza, fraldas, sacos de plástico e até máquinas fotográficas – e escolha alternativas que façam menos lixo

17 Use a sua própria caneca para beber chá ou café no emprego e pode fazer com que a sua empresa poupe mais de € 16 por ano.

18 Instale autoclismos com dispositivo de dupla descarga. Poupe nas descargas, coloque um economizador de água nos autoclismos antigos para poupar 3 litros em cada descarga (rende-lhe cerca de 8 a 12 semanas e ajuda-o a poupar € 25 por ano na leitura da água); ou coloque garrafas de plástico cheias com areia no interior do reservatório para evitar enchê-lo na totalidade, reduzindo a quantidade de água gasta em cada descarga.

19 Tome duches rápidos e evite os banhos de imersão. Um duche de 5 minutos gasta entre 25 e 100 litros de água, dependendo do modelo do chuveiro e da pressão da água. Feche a torneira enquanto se estiver a ensaboar.

20 Não deixe as torneiras a pingar. Estas podem desperdiçar até 25 litros de água por dia. Substitua as anilhas gastas e poupe entre € 3 a € 5 por ano.

21 Feche a torneira quando está a fazer a barba. Uma torneira aberta no lavatório pode gastar 9 litros de água por minuto. Será mais amigo do ambiente se fizer a barba com máquina de barbear eléctrica face a utilizar lâmina. Tudo depende do tempo que a água estiver aberta neste último caso.

22 Feche a torneira quando está a lavar os dentes. Uma torneira aberta no lavatório pode gastar 9 litros de água por minuto.

23 Opte por produtos de tamanho familiar, reduzindo assim o número de embalagens individuais.

24 Para fazer com que os seus produtos de higiene – champô, gel de banho ou outros detergentes – durem mais, junte um pouco de água quando estiverem quase no fim, agite o recepiente e surpreenda-se com o resultado.

25 Quando julga que a sua pasta de dentes acabou, corte a bisnaga e descubra que ainda há mais. Poupe assim cerca € 13 por ano.

Cristina Gomes Torres ■ Coordenadora ProNatura ■ ANEFA

Abastena, Lda.
R. Pe. Estevão Cabral, 79 - 1º - s. 104
3000 Coimbra
Telf.: 239827953 ● Fax: 239833545

Aguieira Florestal, Lda.
Vale de Açores
3450 Mortágua
Telf.: 231922126 ● Fax: 231921782

Amaro Tavares & Filho
Av. Bombeiros Voluntários
do Montijo, 324
2870 - 219 Montijo
Telf.: 212301397 ● Fax: 212313850

Ambiflora, Lda.
Lugar Novo, R. Linha Férrea nº 10
4700 - 711 Palmeira Braga
Telf.: 253628364 ● Fax: 253628364

Anadiplanta
Rua Poeta Cavador - Anadia
3780-234 Anadia
Telf.: 231511774 ● Fax: 231511774

António Panalo Pedrico
R. do Emigrante, 4
6320 Sabugal
Telf.: 271388670 ● Fax: 275912011

Aquaflora Unipessoal, Lda.
R. Dr. Manuel d´Arriaga
7540-183 Santiago do Cacém
Telf.: 269810211 ● Fax: 269810211

Arboser, Lda.
Herdade Espirra - Mitrena - Aptd. 55
2901 - 861 Setúbal
Telf.: 265729499 ● Fax: 265729493

Aromas de Portugal
Rua S Miguel nº15, 1º Aptd. 171
Ponte da Pedra
2416-902 Leiria
Telf.: 244833648 ● Fax: 244833649

Aval Verde,
Engenharia e Ambiente, Lda.
Parque Indústrial da Espinheira - Ed.
Administrativo - Espinheira
3360-287 Penacova
Telf.: 239476670 ● Fax: 239476671

C M - Comércio de Madeiras, Lda.
R. Eurocerâmica 59 - Brejos Azeitão
2925 - 145 Azeitão
Telf.: 212180206 ● Fax: 212180206

Casola e Pedro, Lda.
Santa Clara - Sardoal
2230 - 011 Alcaravela (Abrantes)
Telf.: 241855666 ● Fax: 241855666

Castanea Sativa Lda.
Caveirós Bxº-Cambra Vouzela
3670-041 CAMBRA
Telf.: 232748017 ● Fax: 232748017

Célia Marques, Unipessoal Lda.
R. Caldeireiros 43 Marinha das Ondas
3080 - 485 Figueira Foz
Telf.: 233959157 ● Fax: 233959157

Consagri, Consultoria Agrícola Lda.
Rua Padre Evaristo do Rosário Guer-
reiro, N.º 2
2100-195 Coruche
Telf.: 243617382 ● Fax: 243617413

Cortárvore, Lda.
Lugar de Vilela - Oliveira
4750 Barcelos
Telf.: 253843453 ● Fax: 253843453

Covelo e Pinto, Lda.
R. Almirante Reis, 294
2830 - 461 Palhais - BRR
Telf.: 212148890 ● Fax: 212148898

Custódio Gaudêncio
Paião - Apartado 4
3080 Figueira da Foz
Telf.: 233940283 ● Fax: 233941111

Empev
Gestão de Espaços Verdes, Lda.
Av. 25 de Abril, 540 - rch D
2200-299 Abrantes
Telf.: 241377212 ● Fax: 241377213

Empex, Lda.
Rua Inf. D. Luís 28
2200 - 090 Abrantes
Telf.: 241372903 ● Fax: 241372904

Expoflora, Lda.
Largo da Saboaria, 8 e 10 - Aptd 272
2300 Tomar
Telf.: 249321295 ● Fax: 249322833

Flogistica, Lda.
Fonte Covas - Vila Verde
4730 Turiz
Telf.: 253311131 ● Fax: 253311827

Floresta Renovada, Lda.
R. Maria Vela, 10
6300 - 581 Guarda
Telf.: 271222561 ● Fax: 271222561

Florestação Nordeste Algarvio
Unip. Lda.
Monchique - Vaqueiros
8970 - 339 Alcoutim
Telem.: 967891946 ● Fax: 281546512

Fortunato Pereira & Fos., Lda.
Av. Da Liberdade 145 - Cabeça Gorda
2530 - 333 Marteleira
Telf.: 261437265 ● Fax: 261437265

FT - Floresta Transmontana, Lda.
Carrapatas
5340 - 070 Mac. Cavaleiros
Telf.: 278426003 ● Fax: 278426003

Gesfloresta, Consultoria Lda.
Travessa Guerreiros, 19
2100 - 218 Coruche
Telf.: 243660777

Gestiverde, Lda.
R. D. Lopo Almeida, Lt 81 R/C Esq.
2200 - 281 Abrantes
Telf.: 241366806 ● Fax: 241366850

Globulus, Lda.
R. Arcebispo de Évora, nº 62
2350-561T. Novas
Telf.: 249813256 ● Fax: 249813256

Ibersilva - Serv. Suc. Portugal
Av Antº Augusto de Aguiar 130 - 2º
1050 - 020 Lisboa
Telf.: 217800269 ● Fax: 217800270

Igal, Lda.
Av. S. Sebastião, 4
7000 - 767 Évora
Telf.: 266734189 ● Fax: 266735072

Imobiente, Lda.
R.Sac. Cabral 11 Ap.Montramar103 B
8200 Albufeira
Telf.: 289586566 ● Fax: 289585114

IndoFlorestal, Unipessoal Lda.
Rua d´Ega nº10
6000-183 Castelo Branco
Telf.: 272347166 ● Fax: 272347166

Ivo Gomes Unipessoal, Lda.
Quinta da Ramalhosa, Lote 55 Loja 2
3510-141 Viseu
Telf.: 232448437 ● Fax: 232448437

J. Serra Ramos, Lda.
R. Rancho Cantarinhas, 34 - Buarcos
3080 Figueira da Foz
Telf.: 233418626 ● Fax: 233418628

Jardim Formoso, Lda.
Av. 25 de Abril, nº 56 – Galamares
2710-246 Sintra
Telf.: 219241205 ● Fax: 219246632

José Maria Pereira e Fos, Lda.
Cast. Ventoso - S. Bartolomeu Serra
7540 - 321 Sant.Cacém
269902372 ● 269902372

José Matos Esteves
Bairro dos Medrouços, Via C, Lt 13
5340 Mac. Cavaleiros
Telf.: 278421632 ● Fax: 278421632

L. T. O. - Lav. Terr. do Oeste, Lda.
Cintrão - Apartado 58
2540 Bombarral
Telf.: 262609380 ● Fax: 262604776

Logistica Florestal, SA.
Zona Ind. Vale do Alecrim, Lt 133
2950 - 437 Palmela
Telf.: 212389340 ● Fax: 212389349

Madeicampo - Exploração Florestal Lda
R Central Campo 2115, Campo
4440-037 Campo VLG
Telf.: 224 112 639 ● Fax: 224 159 217

Maditorres, Lda.
Cabeça Gorda
2560 Torres Vedras
Telf.: 261980040 ● Fax: 261980049

Manuel Santana Rocha
São Sebastião
2040 - 494 Rio Maior
Telf.: 243907213

Micoflora, Lda.
Av. Aviadores nº 19 - 1º Esqº
7580 - 151 Alcácer do Sal
Telf.: 265613274 ● Fax: 265613274

O Trevo, Lda.
R. Fernando Namora, 28 - 3º Dtº
7800 - 502 Beja
Telf.: 284325962 ● Fax: 284318365

Pedro Antº Aiveca Piçarra, Lda.
R. Fernando Namora, 28 - 1º Esq.
7800 - 502 Beja
Telf.: 284324192 ● Fax: 284324194

Projectacon
Qt.ª de Montezelos, lt 11 - Arm. dt.º - Apt 110
5001-910 Vila Real
Telf.: 259301200 ● Fax: 259301209

Rapamato - Serv. Florestais, Lda.
R. G Manuel Diogo Neto 151, 2º Dº
2768-334 Estoril
Telf.: 214685202 ● Fax: 214685202

Sérgio C. Domingues & Ca. Lda.
Tomada - Moreira
4950 - 600 Monção
Telf.: 251666262 ● Fax: 251666262

Silvapor, Lda.
Qtª da Devesa, Srª da Graça
6060 Idanha a Nova
Telf.: 277208208 ● Fax: 277202780

Silvatec
R. Eng. Pires Marques, lt 63 r/c esq.
6000-406 Castelo Branco
Telf.: 272324139 ● Fax: 272324139

Silviaçores - Silvicultura, Lda.
Carreira - Fajã de Cima, S/N
9500 - 511 S. Miguel
Telf.: 296638268 ● Fax: 296638268

Silviland, Serv. R Obras Florestais
Av. Municipio da Ribeira Grande, Lt92 lojaA, sala1
2350-106 Torres Novas
Telf.: 249819296 ● Fax: 249819297

Socriter, Lda.
Zona Industrial de Ulme
2140 Chamusca
Telf.: 249771696 ● Fax: 249771698

Soprofe, Lda.
R. 18 de Maio, Lote 882 R/C esq.º
Rossio ao Sul Tejo
2205-040 Abrantes
Telf.: 241331413 ● Fax: 241331414

T. M. F., Lda.
R. 5 de outubro, 28
2100 - 127 Coruche
Telf.: 243610100 ● Fax: 243610109

Teleflora - Exp. Imp. Neg. Flores SA.
Campo Grande, 183 - 2º
700 - 090 Lisboa
Telf.: 217826700 ● Fax: 217958392

Unimadeiras S A.
Apartado 3
3850 Alberg. a Velha
Telf.: 234521864 ● Fax: 234523665

Valdelima, CRT
Zona Industrial de Paçô, Lote 24
4970-249 Arcos de Valdevez
Telf.: 258 480 280 ● Fax: 258 480 289

Vedap - Esp. Verdes,Silvicultura e Vedações SA.
Rua Moinho de Vento S/N - Apartado 21
2250-909 Constância
Telf.: 249739654 ● Fax: 249739655

Verde Sereno Lda.
Rua da Capela nº2 Tellheiro-Barreira
2410-033 Leiria
Telem.: 913294925 ● Fax: 244009038

Viveiros de Santo Isidro, Lda.
Herdade Pontal - Apartado 5
2985 - 275 Pegões
Telf.: 265898039 ● Fax: 265898047

Ficha de Inscrição n.º ____________
(a preencher pala ANEFA)

anefa

Associação Nacional de Empresas
Florestais, Agrícolas e do Ambiente

Nome: ____________________

Nº Contribuinte: ____________________

Morada: ____________________

Cod. Postal: ____ - ________ E-mail: ____________________

Telefone: ____________ Fax: ____________ Telemóvel: ____________

Website: ____________________

Responsável a contactar: ____________________

Sector de actividade (assinale com X):

___ Empreiteiro ou Alugador de máquinas
___ Empresa de Exploração Florestal
___ Viveirista
___ Empresa de Serviços Técnicos

Quota mensal única no valor de 35€

No caso de se associar à ANEFA através desta ficha de inscrição, ficará isento do pagamento de jóia (no valor de 150€)

____________, ____ de ________de 2009

Assinatura: ____________________

Deverá enviar cópia desta ficha devidamente preenchida, para a morada abaixo indicada.

Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
Rua dos Arneiros 72 A – C/V A ● 1500 – 060 Lisboa
Tel.: 214 315 270 ● Fax: 214 315 271 ● Tlm: 912 545 930

CAOF

Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais

A Comissão de Acompanhamento para as Operações Florestais (CAOF), criada por Despacho do Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural de 8 de Novembro de 2000, integra representantes da Autoridade Florestal Nacional, do IFAP, da Associação Nacional das Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente, da Fenafloresta, da Associação Florestal de Portugal e da Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural que assegura a coordenação.

Tendo como atribuição fundamental a criação de uma base de dados de tempos padrão para a realização das operações que abranjam todo o ciclo florestal, nomeadamente a arborização, a manutenção e condução dos povoamentos, a exploração florestal e a execução de infraestruturas, procedeu a CAOF à elaboração de matrizes de referência, com os custos máximo e mínimo, para as principais operações, manuais, mecânicas e mistas, de (re)arborização e de execução de infraestruturas e de beneficiação das superfícies florestais.

No quadro das suas atribuições a Comissão promoveu a recolha de tempos de trabalho para a destruição de cepos de eucalipto com recurso a escavadora hidráulica de lagartas equipada com enxó e de gradagem com grade super pesada (16 toneladas) rebocada por um tractor de lagartas de 320 hp.

As matrizes de referência atrás referidas, peça fundamental para a análise de projectos florestais no âmbito do ProDer, foram objecto de actualização, com a inclusão, na matriz de beneficiação das superfícies florestais, de novas operações, nomeadamente a rega localizada, efectuada durante os primeiros anos após a plantação, com reflexos positivos na manutenção dos povoamentos no estio e nos custos da retancha, o fogo controlado e a micorrização.

Carlos Freitas ■ Coordenador da CAOF

Matrizes de (Re) arborização 2008/2009

Operações Mecânicas

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho
Limpeza de mato com corta matos de facas ou correntes	tractor agrícola de lagartas	3,0	90	270	55,72	167,16	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10 %. c) vegetação herbácea e/ou arbustiva até 0,5 m de altura	5,0	90	450	55,72	278,60	a) declive > 25 % b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) vegetação arbustiva com altura > a 1,5 m
Limpeza de mato com corta matos de martelos	tractor agrícola de lagartas	4,0	90	360	55,52	222,08	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva até 1,0 m de altura	7,0	90	630	55,52	388,64	a) declive > 25% b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) vegetação arbustiva de altura > a 2,0 m
Limpeza de mato com grade de discos	tractor industrial com grade pesada (220 kg / disco)	2,0	140	280	66,89	133,78	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva até 1,0 m de altura	5,5	140	770	66,89	367,90	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) vegetação arbustiva com altura > a 2,0 m

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho
Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida	tractor agrícola de lagartas	1,5	90	135	50,72	76,08	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10% c) vegetação herbácea com altura < a 0,3 m	2,5	90	225	50,72	126,80	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm > a 50% c) vegetação herbácea com altura > a 0,5 m
Gradagem de destorroamento	tractor industrial com grade pesada (220kg /Disco)	1,0	140	140	66,89	66,89	a) declive de 0 a 5% b) solos com textura argilo--arenosa	1,5	140	210	66,89	100,34	a) declive > a 25 % b) solos com textura argilosa
Ripagem a 3 m com 1 dente, a >= 60cm (*)	tractor industrial	2,7	160	432	76,45	206,42	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100mm < a 10 % c) solos com textura franca d) substrato rochoso fácilmente desagregável ou horizontes de compacidade reduzida e) profundidade de ripagem < a 70 cm	4,0	160	640	76,45	305,80	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) solos com textura argilosa d) substrato rochoso de difícil desagregação ou horizontes de compacidade elevada e) profundidade de ripagem >= a 80 cm
Ripagem a 3 m com 2 dentes, a >= 60 cm (*)	tractor industrial	3,3	160	528	76,45	252,29		4,7	160	752	76,45	359,32	
Ripagem a 3 m com 3 dentes, a >= 60 cm (*)	tractor industrial	4,0	160	640	76,45	305,80		6,0	160	960	76,45	458,70	

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho
Subsolagem a 3 m com 1 dente, equipado com aiveca	tractor industrial	2,0	160	320	76,45	152,90	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10% c) solos c/ textura franca d) substrato rochoso de fácil desagregação ou horizontes de reduzida compacidade	2,5	160	400	76,45	191,13	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm > a 50% c) solos c/textura argilosa d) substrato rochoso de difícil desagregação ou horizontes com elevada compacidade
Subsolagem a 3 m com 3 dentes, dos quais os 2 exteriores equipados com aiveca	tractor industrial	3,0	160	480	76,45	229,35		4,5	160	720	76,45	344,03	
Vala e cômoro a 3 m com 30 cm de profundidade (**)	1 rego (mínimo), 2 regos com 2 passagens (máximo) com tractor agrícola de lagartas	1,5	80	80	41,4	62,10	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a10% c) solos c/ textura franca	3,8	80	200	41,40	155,25	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm > a 50% c) solos c/textura argilosa

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho
Vala e cômoro a 3 m com 40 cm de profundidade (**)	1 rego (mínimo), 2 regos com 2 passagens (máximo) com tractor agrícola de lagartas	1,5	100	100	47,25	70,88	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10% c) solos com textura franca	4,5	100	300	47,25	212,63	a) declive > a 25 % b)% de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) solos com textura argilosa
Vala e cômoro a 3 m com 50 cm de profundidade (**)		1,5	120	120	55,5	83,25		5,6	120	444	55,5	308,03	
Lavoura contínua	40 a 50 cm de profundidade, com tractor agrícola	3,0	80	240	41,40	124,20		5,0	100	500	41,40	207,00	
Abertura de regos de sementeira	tractor agrícola	1,0	70	70	36,54	36,54		1,5	70	105	36,54	54,81	
Abertura de covas com broca	1100 covas / ha, com tractor agrícola	2,5	80	200	46,80	117,00		4	80	320	46,80	187,20	

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho
Destruição de cepos de eucalipto	escavadora hidráulica de lagartas, equipada com enxó	6,0	150	900	72,10	432,60	a) declive de 0 a 5 % b) densidade de 800 cepos por hectare	10,0	150	1500	72,10	721,00	a) declive > a 25 % b) densidade de 1200 cepos por hectare

(*) Ripagem

A distância entre passagens é definida tendo como referência ou o dente central ou o eixo da máquina (quando o dente central não esteja presente)

No caso de distâncias entre passagens que não sejam de 3 m, os valores dos custos e potências totais indicados para a distância de 3 m são usados como base de partida, pelo que, e no pressuposto de que se verifica uma variação proporcional, os novos valores podem ser encontrados multiplicando os valores que servem de base por um factor de conversão em que o numerador é a distância de 3 m e o denominador a nova distância entre passagens.

(**) Vala e cômoro

Rendimentos de trabalho e potências necessárias para atingir profundidades de 30, 40 e 50 cms consoante o número de regos e o número de passagens

NÚMERO DE REGOS		PROFUNDIDADE DA VALA E CÔMORO (cm)					
		30		40		50	
		mín	máx	mín	máx	mín	máx
1 (1 Passagem)	h / ha hp / ha	1,5 80	2,3 120	1,5 100	3,0 200	1,5 120	3,0 240
2 (2 Passagens)	h / ha hp / ha	2,3 120	3,8 200	2,3 150	4,5 300	2,4 192	5,6 444
2 (1 Passagem)	h / ha hp / ha	1,8 96	3,0 160	1,8 120	3,8 250	1,8 144	4,2 336

Infraestruturas

Referência: 1 quilómetro

Caminhos	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h / km	hp	hp total	custo / h	custo / km	condições de trabalho	h / km	hp	hp total	custo / h	custo / km	condições de trabalho
Abertura de caminhos com valeta	tractor industrial	20	160	3200	76,45	1529,00	a) declive transversal de 0 a 5 % b) substrato rochoso fácilmente desagregável	70	160	11200	76,45	5351,50	a) declive transversal > a 25 % b) substrato rochoso difícilmente desagregável
Beneficiação de caminhos à lâmina	tractor industrial	10	160	1600	76,45	764,50	a) caminho pouco degradado, sem alargamento	25	160	4000	76,45	1911,25	a) caminho muito degradado, com alargamento

Referência: 1 quilómetro

Aceiros	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h / km	hp	hp total	custo / h	custo / km	condições de trabalho	h / km	hp	hp total	custo / h	custo / km	condições de trabalho
Abertura de aceiros	tractor industrial com grade de discos pesada (220 kg / disco)	1,5	140	210	66,89	100,34	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10% c) vegetação herbácea e/ou arbustiva até 1,0 m de altura	4,0	140	560	66,89	267,56	a) declive > a 25% b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100mm > a 50 % c) vegetação arbustiva com altura > a 2,0 m

Referência: 1 quilómetro

Aceiros	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h / km	hp	hp total	custo / h	custo / km	condições de trabalho	h / km	hp	hp total	custo / h	custo / km	condições de trabalho
Beneficiação de aceiros	tractor industrial com grade de discos pesada (220 kg / disco)	1,5	140	210	66,89	100,34	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10% c) vegetação herbácea e/ou arbustiva com altura < a 0,3 m	2,0	140	280	66,89	133,78	a) declive > a 25% b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100mm > a 50 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva com altura > a 0,5 m

Referência: 1 metro cúbico

PONTOS DE ÁGUA	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)		CUSTO MÁXIMO (Euros)	
		valor / m^3	condições de trabalho	valor / m^3	condições de trabalho
Abertura de charcas	m^3 de volume escavado em bancada natural	0,91	a) substrato rochoso facilmente desagregável	1,52	a) substrato rochoso dificilmente desagregável
Construção de barragens de terra	m^3 de aterro compactado	1,21	a) material de empréstimo existente no local ou a uma distância < a 50 m	1,82	a) material de empréstimo existente a uma distância > 300 m e < a 400 m do local

Operações Manuais

Referência: unidade

TIPO DE OPERAÇÃO	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
	un./jorna	jorna (*)	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna (*)	custo/un.	condições de trabalho
Plantação de resinosas e folhosas em contentor	250	53,87	0,22	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100mm < a 10 % c) volume do contentor < a 150 cc	150	53,87	0,36	a) declive > 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) volume do contentor > a 250 cc
Plantação de folhosas de raíz nua	125	53,87	0,43	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100mm < a 10 % c) plantas com altura < a 50 cm	100	53,87	0,54	a) declive > 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) plantas com altura > a 120 cm
Sacha e amontoa	300	53,87	0,18	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10 %	200	53,87	0,27	a) declive > a 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 %
Adubação	650	53,87	0,08		550	53,87	0,10	
Colocação de protectores individuais de plantas com tutores	200	53,87	0,27		150	53,87	0,36	
Sementeira ao covacho	300	53,87	0,18		250	53,87	0,22	

Referência: unidade

TIPO DE OPERAÇÃO	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
	un./jorna	jorna (*)	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna (*)	custo/un.	condições de trabalho
Abertura manual de covas (30 x 30 x 30 cm)	150	53,87	0,36	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10 % c) solos com textura franca d) substrato rochoso fácilmente desagregável, ou horizontes com compacidade reduzida	80	53,87	0,67	a) declive > a 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) solos com textura argilosa d) substrato rochoso difícilmente desagregável, ou horizontes com compacidade elevada
Abertura manual de covas (40 x 40 x 40 cm)	70	53,87	0,77		40	53,87	1,35	

Outras Operações Manuais

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
	jorna/ha	jorna (*)	custo/ha	condições de trabalho	jorna/ha	jorna (*)	custo/ha	condições de trabalho
Marcação e piquetagem	0,5	53,87	26,94	a) declive de 0 a 5 % b) vegetação herbácea com altura < a 30 cm c) densidade < a 500 plantas por hectare	2	53,87	107,74	a) declive > a 25 % b) vegetação arbustiva com altura > a 100 cm (**) c) densidade > a 1000 plantas por hectare

(**) situações não sujeitas a desmatação prévia

Operação Mista

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
	jorna/ha	jorna (*)	custo/ha	condições de trabalho	jorna/ha	jorna (*)	custo/ha	condições de trabalho
Limpeza de matos com motorroçadora, para arborização incluindo a máquina	4	89,87	359,48	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro> a 100 mm < a 10 % c) vegetação herbácea e arbustiva com altura < a 50 cm	12	89,87	1078,44	a) declive > a 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) vegetação arbustiva com altura > a 150 cm

(*) o valor da jorna inclui o transporte, para uma distância média de 120km de ida e volta, com o custo de 0,085 € / km / pessoa

NOTA: Para parcelas inferiores a 10 Hectares considera-se um acréscimo nos custos de 3% por cada Hectare a menos

Fórmula de cálculo para o valor estimado de tempo de trabalho e/ou de rendimento de trabalho

Vet = Vtt + n/N x Dtt

Ver = Vrt - n/N x Drt

Legenda

Vet - valor estimado do tempo de trabalho para as condições presentes no terreno

Ver - valor estimado do rendimento de trabalho para as condições presentes no terreno

Vtt - valor do tempo de trabalho referente ao custo mínimo da operação

Vrt - valor do rendimento de trabalho referente ao custo mínimo da operação

n - número de graus de dificuldade presentes no terreno, além das condições fáceis

N - número de graus de dificuldade possíveis além das condições fáceis (cada parâmetro das condições de trabalho possui dois graus de dificuldade)

Dtt - diferença entre tempos de trabalho das condições do custo mínimo e máximo

Drt - diferença entre rendimentos de trabalho das condições do custo mínimo e máximo

Exemplo de aplicações da fórmula de cálculo para o valor estimado de tempos de trabalho e/ou de rendimentos de trabalho

Operação Mecânica

Tipo de Operação

Limpeza de mato com corta matos de martelos

Condições de Trabalho

a) declive de 4%
(fácil, grau de dificuldade 0)

b) grau de pedregosidade de 30%
(intermédia, grau de dificuldade 1)

c) vegetação arbustiva com 2 m de altura
(difícil, grau de dificuldade 2)

Cálculo do valor estimado do tempo de trabalho

```
Vtt - 4 h/ha
  n - 3
  N - 6
Dtt - 3
Vet = Vtt + (n/N x Dtt)
```

Vet = 4 + (3/6 x 3) = 5,5 h/ha

Operação Manual

Tipo de Operação

Abertura manual de covas

Condições de Trabalho

a) declive de 20%
(intermédia, grau de dificuldade 1)

b) grau de pedregosidade de 15%
(intermédia, grau de dificuldade 1)

c) textura argilosa
(difícil, grau de dificuldade 2)

d) substracto com reduzida compacidade
(fácil, grau de dificuldade 0)

Cálculo do valor estimado do rendimento de trabalho

```
Vrt - 150 un./jorna
  n - 4
  N - 8
Drt - 70
Ver = Vrt - (n / N x Drt)
```

Ver = 150 - (4/8 x 70) = 115 un./jorna

Matrizes de Beneficiação 2008/2009

Operações Manuais

Referência: unidade

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho
Rolagem	mão de obra indiferenciada	300	53,87	0,18	a) declive de 0 a 5% b) nº de plantas a rolar/ha > a 100 c) diâmetro dos caules na base < a 2,5 cm	150	53,87	0,36	a) declive > a 25% b) nº de plantas a rolar/ha < a 50 c) diâmetro dos caules na base > a 5 cm
Podas de formação	mão de obra especializada árvores jovens	150	61,79	0,41	a) declive de 0 a 5% b)circunferência à altura do peito (CAP) < a 15 cm	60	61,79	1,03	a) declive > a 25% b) circunferência à altura do peito (CAP) > a 30 cm
Desramação	mão de obra especializada árvores jovens	230	61,79	0,27	a) declive de 0 a 5% b) altura de desramação < a 1,5 m c) diâmetro dos ramos no colo < a 1,5 cm	60	61,79	1,03	a) declive > a 25 % b) altura de desramação > a 3,0 m c) diâmetro dos ramos no colo > a 3,0 cm
Sacha e amontoa	mão de obra indiferenciada	300	53,87	0,18	a) declive de 0 a 5% b) grau de pedregosidade < a 10%	200	53,87	0,27	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50%
Recolha e queima de resíduos provenientes das podas sanitárias	mão de obra indiferenciada	30	53,87	1,80	a) declive de 0 a 5% b) % da copa infectada < a 20 % c) diâmetro da projecção da copa < a 5,0 m	10	53,87	5,39	a) declive > a 25 % b) % da copa afectada > a 50 % c) diâmetro da projecção da copa > a 9,0 m

Outras Operações Manuais

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		jorna/ha	jorna	custo/ha	condições de trabalho	jorna/ha	jorna	custo/ha	condições de trabalho
Selecção de árvores de futuro	trabalho especializado (técnico superior)	0,5	82,30	41,15	a) declive de 0 a 5 % b) vegetação herbácea e/ou arbustiva com h < a 0,8 m c) nº de árvores a seleccionar por ha < a 200	1,5	82,30	123,45	a) declive > a 25 % b) vegetação herbácea e/ou arbustiva com h > a 1,5 m c) nº de árvores a seleccionar por ha > a 350
Sinalização da regeneração natural	mão de obra indiferenciada	0,5	53,87	26,94	a) declive de 0 a 5 % b) vegetação herbácea e/ou arbustiva com h < a 0,8 m c) nº de árvores a sinalizar por ha < a 100	2	53,87	107,74	a) declive > a 25 % b) vegetação herbácea e/ou arbustiva com h > a 1,5 m c) nº de árvores a sinalizar por ha > a 250
Controlo das plantas lenhosas invasoras (pincelagem)	mão de obra indiferenciada para densidades < a 3000 plantas invasoras/ha, a área a intervir deve ser calculada referenciando-a a esta densidade árvores jovens	3	53,87	161,61	a) declive de 0 a 5 % b) nº de plantas lenhosas invasoras / ha < a 10 000	6	53,87	323,22	a) declive > a 25 % b) nº de plantas lenhosas invasoras / ha > a 20 000

Outras Operações Manuais

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		jorna/ha	jorna	custo/ha	condições de trabalho	jorna/ha	jorna	custo/ha	condições de trabalho
Fogo controlado	trabalho especializado (técnico superior) não inclui a elaboração dos planos de fogo controlado e dos planos de queima, nem a abertura de faixas de contenção	1	91,10	91,10	**Povoamentos** a) declive de 0 a 5 % b) área > a 4 hectares c) carga combustível < a 12 t por hectare	5	91,10	455,50	**Povoamentos** a) declive> a 25% b) área< a 2 hectares c) carga combustível > a 12 t por hectare
		1	91,10	91,10	**Matos** a) declive de 0 a 5 % b) área > a 6 hectares	4	91,10	364,40	**Matos** a) declive> a 25% b) área< a 2 hectares

Operações Mistas

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		jorna/ha	jorna	custo/ha	condições de trabalho	jorna/ha	jorna	custo/ha	condições de trabalho
Controlo da vegetação espontânea na linha ou de forma localizada	mão de obra especializada, incluindo equipamento	0,5	89,87	44,94	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h < a 0,5 m d) nº de linhas/ha< a 15 ou área a intervir < a 15%	6	89,87	539,22	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h > a 1,5 m d) nº de linhas/ha > a 25 ou área intervir > a 25%
Controlo da vegetação espontânea total	mão de obra especializada, incluindo equipamento	4	89,87	359,48	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h < a 0,5 m	12	89,87	1078,44	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h > a 1,5 m
Controlo das plantas lenhosas invasoras (corte)	mão de obra especializada incluindo equipamento para densidades < a 3000 plantas invasoras/ha a área a intervir deve ser calculada referenciando-a a esta densidade árvores jovens	3	89,87	269,61	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10 % c) plantas invasoras c/ h<a 0,5m d) nº de plantas invasoras/ha > a 10 000	6	89,87	539,22	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) plantas invasoras c/ h>a 1,5m d) nº de plantas invasoras/ha > a 20 000
Controlo de densidade excessiva	mão de obra especializada,incluindo equipamento árvores jovens	1	89,87	89,87	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10% c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h < a 0,5 m d) nº de plantas/ha < a 3 000 e) plantas c/ h< a 1 m	12	89,87	1078,44	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h > a 1,5 m d) nº de plantas/ha > a 10 000 e) plantas c/ h > a 2 m

Outras Operações Mistas

Referência: unidade

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho
Poda de formação	mão de obra especializada, incluindo equipamento	150	89,87	0,60	a) declive de 0 a 5 % b) circunferência à altura do peito (CAP) < 25cm	60	89,87	1,50	a) declive > a 25 % b) circunferência à altura do peito (CAP) > a 50 cm
Desramação	mão de obra especializada, incluindo equipamento	230	89,87	0,39	a) declive de 0 a 5 % b) altura de desramação < 1,5m c) diâmetro dos ramos no colo < a 3 cm	60	89,87	1,50	a) declive > a 25 % b) altura de desramação > a 3 m c) diâmetro dos ramos no colo > a 5 cm
Poda sanitária	mão de obra especializada, incluindo equipamento	40	89,87	2,25	a) declive de 0 a 5 % b) % da copa afectada < a 20% c) diâmetro de projecção da copa < a 5 m	20	89,87	4,49	a) declive > a 25 % b) % da copa afectada > a 50% c) diâmetro de projecção da copa > a 9 m
Selecção de varas de eucalipto	mão de obra especializada, incluindo equipamento	600	89,87	0,15	a) declive de 0 a 5 % b) nº de varas / toiça < a 5 c) idade das varas até 3 anos d) vegetação herbácea e/ou arbustiva com altura até 4o cm	250	89,87	0,36	a) declive > a 20 % b) n º de varas / toiça > a 7 c) idade das varas > a 4 anos d) vegetação herbácea e/ou arbustiva com altura >= a 80 cm

Outras Operações Mistas

Referência: unidade

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho
Redução de densidade em povoamentos de folhosas, medianamente desenvolvidos (> 8 anos)	mão de obra especializada, incluindo equipamento	200	89,87	0,45	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10 % c) circunferência à altura do peito (CAP) < a 25 cm	120	89,87	0,75	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) circunferência à altura do peito (CAP) > a 50cm
Redução de densidade em povoamentos de pinheiro manso, medianamente desenvolvidos (> 8 anos)	mão de obra especializada, incluindo equipamento	150	89,87	0,60		100	89,87	0,90	
Redução de densidade em povoamentos de outras resinosas, medianamente desenvolvidos (> 8 anos)	mão de obra especializada, incluindo equipamento	250	89,87	0,36		200	89,87	0,45	

Operações Mecânicas

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho
Controlo de vegetação espontânea	tractor agrícola de lagartas e grade " offset " com discos de 24"	1,5	90	135	50,72	76,08	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10% c) vegetação c/ h< a 0,30m d) nº de entre linhas > a 25/ha ou área a intervir < a 75%	2,5	90	225	50,72	126,80	a) declive > a 25% b) grau de pedregosidade > a 50% c) vegetação c/ h> a 0,50 m d) nº de entre linhas< a 15/ha ou área a intervir > a 85%
Tratamentos fitossanitários	tractor agrícola de rodas com tracção dupla e pulverizador c/ ventilador de 600 lt, não incluindo fitófarmaco	0,5	70	35	44,44	22,22	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10% c) h < a 5 m d) nº de passagens < a 15/ha	1	70	70	44,44	44,44	a) declive > a 10% b) grau de pedregosidade < a 50% c) h> a 10 m d) nº de passagens >a 25/ha
Aplicação de adubo total	tractor agrícola de rodas com tracção dupla e distribuidor centifugo de adubo, montado, de 600 lt não incluindo adubo	0,42	70	29,4	38,04	15,98	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10%	0,75	70	52,5	38,04	28,53	a) declive > a 10% b) grau de pedregosidade > a 50%
	tractor agrícola de lagartas e distribuidor centifugo de adubo, montado, de 600 lt não incluindo adubo	0,47	70	32,9	39,95	18,78	a) declive < a 15 % b) grau de pedregosidade < a 10%	0,84	70	58,8	39,95	33,56	a) declive > a 25% b) grau de pedregosidade > a 50%

Operações Mecânicas

Referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho
Aplicação de adubo em linha, em profundidade	tractor agrícola de rodas com tracção dupla e distribuidor de adubos de sulcos, montado, 600 lt 1 ferro	0,63	70	44,1	36,64	23,08	a) declive de 0 a 5% b) grau de pedregosidade < a 10 % c) solo c/ textura franca d) nº de entre linhas < a 15/ha	1,12	70	78,4	36,64	41,04	a) declive > a 10 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) solo c/ textura argilosa d) nº de entre linhas > a 25/ha
	tractor agrícola de lagartas e distribuidor de adubos de sulcos, montado, 600 lt 1 ferro	0,76	70	53,2	38,55	29,30	a) declive < a 15% b) grau de pedregosidade < a 10 % c) solo c/ textura franca d) nº de entre linhas < a 15/ha	1,35	70	94,5	38,55	52,04	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50% c) solo c/ textura argilosa d) nº de entre linhas > a 25/ha
Rega localizada efectuada durante os primeiroa anos após a plantação (5 lts / planta)	tractor agrícola de rodas e cisterna de 4000 lt mão de obra indiferenciada (2 jornas / tractor e cisterna)	0,94	70	65,8	49,05	46,11	a) declive < a 5% b) grau de pedregosidade < a 10 % c) solo c/ textura franca d) 300 a 450 plantas/hectare e) distância do ponto de água < a 500 m	1,88	70	131,6	49,05	92,21	a) declive > a 10 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) solo c/ textura argilosa d) 650 a 850 plantas/hectare e) distância ao ponto de água > a 2000 m

Custos máximos de referência admissíveis

Tratamentos Fitossanitários

- Combate à Fitóftora (*Phythophtora cinnamomi*) - 6,12 € / injecção (incluindo o fitofármaco)
- Tratamentos Aéreos (Helicóptero / Avioneta) - 98,91 € / hectare (incluindo o fitófarmaco)
- Micorrização - Colocação de pastilhas na cova de plantação ou por mergulhia - 0,12 € / Pastilha

Adensamento

O Adensamento é uma intervenção que implica o recurso a operações de (re)arborização pelo que, para determinação do seu custo, se deverá seguir a matriz de referência para as operações de (re)arborização.

NOTA: No caso de situações intermédias, no que respeita às condições de trabalho, deverá recorrer-se à formula de calculo para o valor estimado de tempo de trabalho e/ou de rendimento de trabalho, constante das matrizes de referência para as operações de (re)arborização.

Abastena
Sociedade Abastecedora de Madeiras, Lda.

Fundada em 1966, a Abastena - Sociedade de Abastecedora de Madeiras SA, transformada mais tarde em Abastena - Sociedade Abastecedora de Madeiras Lda., dedicava-se ao fornecimento às Industrias de Celulose e Aglomerados de madeira redondas e sub-produtos de serração, englobando nesses fornecimentos, toda a actividade florestal, comercial e industrial dos seus associados.

Hoje é uma das maiores empresas no abastecimento de rolaria à indústria Nacional, trabalhando em conjunto com centenas de Empresas de Fornecedores de Madeiras que executam toda a Exploração Florestal. A Abastena desenvolve a sua actividade a nível nacional. Actualmente tornou-se, também, a mais recente gestora de um Grupo de Gestão Florestal (GGFA – Grupo de Gestão Florestal da Abastena) certificado pelo FSC (Forest Stewardship Council) que engloba cerca de 60 Proprietários e Produtores Florestais. Ao mesmo tempo criou uma Bolsa de Fornecedores (BFA – Bolsa de Fornecedores da Abastena), que reúne 27 Fornecedores e que foram agora certificados em Grupo pela Cadeia de Custódia, pelo FSC.

Em 2003 a Abastena tinha já implementado um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), no âmbito da Exploração Florestal segundo a norma ISO 14001, não tendo na altura, no entanto, concluído o Processo de Certificação. Todo este novo desafio tem levado a um trabalho pormenorizado e de relevância nos 1000 hectares que compõe a Unidade de Gestão Florestal (UGF) do Grupo (800 ha já Certificados e mais 200 ha em processo de Certificação).

Sem áreas denominadas de Floresta de Alto Valor de Conservação, os 60 aderentes do Grupo de Gestão Florestal possuem uma área de cerca de 10 % da sua UGF como Área de Conservação e de Protecção. Nessas áreas o GGFA pretende implementar um plano de melhoria de espécies com plantação pontual de espécies autóctones, controlo de infestantes, serviços de limpeza e de manutenção, implantação de áreas de lazer e diversas melhorias em prol de uma melhor Conservação e de uma maior Biodiversidade. A Abastena tem inclusive colaborado com o CERVAS no apadrinhamento de Animais Selvagens recuperados neste Centro de acolhimento e recuperação.

Por outro lado, estreita o relacionamento com outras organizações de proprietários florestais no sentido de um maior crescimento da sua UGF e de uma melhor sustentabilidade para todo o GGFA.

A Abastena realça o facto da Certificação ser uma condição importante quer ao nível do desenvolvimento das Boas Práticas Florestais, promovendo uma floresta mais Sustentável em termos Ambientais quer, também, ao nível Económico, mostrando-se esta uma mais-valia em termos de rentabilidade, permitindo, ainda, uma melhoria considerável na Gestão Florestal com maior sustentabilidade para todo o sector.

No entanto a Gerência da Empresa acredita que existe ainda muito trabalho para fazer no sector florestal. A nível ambiental chama a atenção para uma mentalidade ainda pouco receptiva a estas novas circunstâncias e acrescenta que a Floresta Nacional não está a ser promovida como seria expectável, quer por algumas empresas com relevância na fileira, quer pelo Estado que legisla em excesso pouco intervindo de forma objectiva, não dando também exemplos.

Associada da ANEFA há mais de 10 anos, a Abastena conta com quatro colaboradores permanentes e todos os seus sócios, gerentes no activo, que se encontram, ainda, todos, ligados à produção florestal, comércio e indústria de madeiras. Tem, também, o apoio de Consultoria na área das Certificações Florestais prestado pelo Eng. Giovanni, quadro superior com méritos reconhecidos na área. A Abastena tem como objectivo, a curto prazo, ampliar a área florestal certificada e estruturar a empresa para uma melhoria contínua no fornecimento de madeira a todos os seus clientes.

Conteúdos cedidos pela Gerência

Contactos:
Abastena - Sociedade Abastecedora de Madeiras, Lda.
R. Padre Estevão Cabral 79, 1º - s104
3000-317 COIMBRA
Tel: 239827953
Fax: 239833545
E-mail: abastena@iol.pt

Incêndios Florestais o princípio do fim!

Situações vividas nos últimos anos em Portugal colocam em definitivo a necessidade de reflexão sobre a importância da floresta. Com uma abrangência ao nível da qualidade de vida, satisfação das populações e economia nacional, a floresta portuguesa enfrenta todos os anos o peso de uma catástrofe de dimensões e implicações sem igual. Os incêndios apresentam-se como uma das grandes ameaças ao património florestal, que ano após ano reflecte as condições de gestão no território.

O problema consiste então na elaboração consecutiva de diagnósticos e propostas de acção, sem que se ataque questões de fundo, como a realização do cadastro da propriedade florestal, a especificidade fiscal, os instrumentos financeiros de apoio e os seguros de rearborização, que constituem factores incontornáveis para a redução do impacto dos incêndios florestais e, consequentemente, para tornar credível e estimulante o investimento florestal.

O combate aos incêndios é muitas vezes considerado o ponto-chave quando na verdade deveria ser apenas encarado como a última e derradeira hipótese disponível. A prevenção, sensibilização e gestão activa devem sim constituir a prioridade de actuação.

A opinião de quem trabalha no terreno...

Mark Beighley, conta com mais de 30 anos de experiência em gestão florestal e de incêndios para o Governo dos Estados Unidos da América. Ao longo da sua carreira profissional ocupou lugares de destaque no Office of Wildland Fire Coordination e no National Leadership for Fire. Em 2004 e 2005 esteve em Portugal para acompanhar o período crítico dos incêndios florestais e o trabalho no âmbito do Plano da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Em entrevista a ANEFA, este perito norte-americano explica porque considera a floresta portuguesa "uma bomba relógio"...

Mark Beighley
Perito Norte-Americano em Gestão Florestal e Incêndios

1 - É muito comum falar-se em incêndios florestais nesta época do ano. Na sua experiência em gestão florestal e fogos, qual a situação actual em Portugal?

M.B. Portugal está em posição de ter outro ano de fogos catastróficos. Todos os ingredientes existem à excepção das condições metereológicas severas, o que pode acontecer a qualquer momento nos próximos Verões. A cada ano que passa a condição da estrutura da maioria das florestas e matos torna-se potencialmente mais perigosa. É uma bomba relógio aguardando para ser accionada. Gostava que assim não fosse, mas tudo o que vi indica que o problema está a piorar, não a melhorar.

2 - 2003 e 2005 foram anos muito marcantes em termos de área queimada para Portugal. Só em 2003 arderam mais de 420.000 hectares, 281.000 de floresta. Tendo em consideração as condições climáticas e a quantidade de combustível disponível, como poderemos encarar os próximos anos?

M.B. Portugal terá de enfrentar os próximos anos com grande respeito, prudência e vontade de agir. Este não é um problema que se resolva da noite para o dia, ou mesmo num único ano. É necessário um esforço continuado ao longo de muitos anos, ou mesmo uma década, para obter os resultados pretendidos. O Governo Português terá de fazer mais do que apenas reorganizar, elaborar leis, escrever novas políticas, e fazer novos planos. O fundamental é agir; agir para que agricultores e proprietários florestais possam em segurança fazer as suas queimadas e reduzir o combustível no terreno! Boas ideias não passam disso até que alguém decida aplicá-las. E isto exigirá esforço por parte de todos, especialmente a nível local. No entanto, é obrigação do Governo Português promover e incentivar acções que deverão ser implementadas por governos locais, comunidades, associações e proprietários.

3- Temos conhecimento de que veio a Portugal para avaliar o sistema de combate a incêndios implementado. O que pensa desse sistema? E sobre o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios?

M.B. O sistema de combate de incêndio melhorou muito, especialmente na área da primeira intervenção e ataque inicial. As Forças Especializadas (Força Especial de Bombeiros e Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro) são das melhor equipadas, treinadas e mais profissionais que já vi, e os meios aéreos

foram também fortemente reforçados. No entanto, Portugal ainda não experienciou incêndios de grandes dimensões, com duração de vários dias e que ocorram simultaneamente em vários Distritos. Este potencial existe e o sistema não foi ainda testado nesta dimensão. As tácticas de combate a incêndios são apenas eficazes para incêndios de baixa a média intensidade, sendo que os incêndios de alta intensidade poderão sobrecarregar todos os meios de combate existentes.

Vimos isso acontecer inúmeras vezes na Califórnia, que tem uma enorme panóplia de meios de combate. A melhor solução é minimizar os esforços das forças de combate, havendo menos fogos, ou fogos de fraca intensidade. Isto só é possível através da prevenção de ignição de fogos e prevenção estrutural que são áreas que necessitam de atenção significativa em Portuga

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios é fraco. Desde 1980 Portugal tem sido induzido em erro na tentativa de resolução deste problema. As "soluções" têm abordado os sintomas, não a doença.

Existe demasiada atenção no combate em detrimento da prevenção, e a floresta continua relegada para 4ª prioridade, depois da protecção da vida, propriedade e áreas de conservação. O plano também omite a identificação das necessidades orçamentais e um sistema de responsabilização, e mesmo sobre o que está previsto ainda há muito por implementar.

Um relatório do Parlamento confirmou que muitos itens do plano não foram ainda desenvolvidos e existe uma recomendação expressa para o fazer. Os programas não constituem valor, quando se fazem sem tomar as medidas necessárias para a sua execução.

4 - Na sua opinião, quais os principais factores de risco para a floresta em Portugal?

M.B. Eu gosto de manter as coisas simples para que os leitores melhor se recordem delas. Deste modo, existem dois. Primeiro, as pessoas são o principal factor de risco em Portugal, uma vez que são responsáveis pela maioria das ignições. Poucos incêndios têm início em causas naturais como trovoadas. Por isso, se assim o quiserem, as pessoas poderão também ser a solução.

Em segundo lugar, é a deterioração das condições da maioria das florestas, matos e terras agrícolas abandonadas. Florestas não geridas representam uma ameaça significativa para incêndios catastróficos, comparativamente a áreas geridas. Como descreveu e tão bem um silvicultor português, "elas são deliciosas para o fogo". Apenas uma pequena fracção das florestas são geridas especificamente para melhorar a resiliência a danos causados pelos fogos. Além disso, nesta categoria são as terras agrícolas abandonadas que se tornaram mais densas em ervas, arbustos e árvores inflamáveis. Já não funcionam como corta-fogo mas sim, tornaram-se em autênticos pavios que propagam rapidamente os incêndios para novas áreas.

5 - Em termos de prevenção, o que acha possível fazer e que não foi ainda posto em pratica?

M.B. Embora muitos factores importantes estejam já operacionais, não estão ainda a ter o efeito desejado. O programa nacional de sensibilização "Portugal sem fogos depende de todos" é bem conhecido, mas o público apenas o vê como uma lembrança distante.

É necessário desenvolver mais programas de sensibilização a nível local, especifico para as condições em causa, e em que os cidadãos locais acreditem. É preciso que essas pessoas compreendam que é a sua floresta que está em risco e não a floresta em geral, a centenas de quilómetros de distância.

E as comunidades locais precisam de mostrar apoio por quem faz cumprir as leis.

Esses oficiais deverão ser elogiados pelos Governantes, Presidentes de Câmaras, Bombeiros e outras entidades relevantes pela importância do seu trabalho. Afinal, são as suas casas, floresta e comunidades que estão ameaçadas pelos fogos que os habitantes locais deflagram.

Também tenho conhecimento de que o sistema legal em Portugal é problemático, uma vez que quando alguém é preso por desencadear um incêndio criminoso, a probabilidade de avanço com processo penal é baixa. Na Califórnia, um homem responsável por vários incêndios que mataram 5 bombeiros, foi recentemente condenado a pena de morte. O fogo posto é considerado um acto terrorista e deve ser tratado como tal. O sistema jurídico deve ser justo, mas também deve impor sanções que sejam suficientemente fortes para dissuadir outros de considerar cometer o mesmo acto.

A prevenção de incêndios ao nível estrutural (tratamento de combustíveis) ainda não existe na maioria das áreas. Existe já a noção da importância do corta-fogo, mas a rede está longe de estar concluída. E enquanto as "áreas críticas" têm sido identificadas em muitos locais dos planos DFCI, poucas foram efectivamente sujeitas a uma redução de combustível. Quanto mais cedo estas medidas de prevenção estrutural forem postas em funcionamento, mais forte o sistema de defesa será, aquando da ocorrência de incêndios.

6 - Considerando a sua vasta experiência sobre incêndios florestais, e conhecimento adquirido ao longo dos anos e nos diferentes países que já visitou, quais serão as medidas que Portugal poderá implementar a curto prazo com vista a enfrentar os problemas associados aos fogos?

M.B. É fundamental que as comunidades locais tenham o seu próprio programa de prevenção e sensibilização, que

complemente o plano nacional de defesa da floresta contra incêndios.
Incentivos fiscais devem ser implementados para incitar os proprietários privados a implementar medidas de prevenção estrutural que foram identificados como benefício público a nível local nos planos DFCI.
A execução de códigos e leis sobre fogos necessita de mais atenção. Muitos municípios têm fiscais que poderão também contribuir para o cumprimento dos códigos de prevenção estrutural dos incêndios, como por exemplo requererem clareiras em torno de casas, estradas e corredores. Sei que existem muitas obrigações sobre estes elementos, mas é preciso decidir o que é realmente importante, e evitar uma próxima catástrofe de grandes dimensões deveria ter prioridade máxima.
Os media poderiam destacar os esforços que estão a ser feitos para melhorar a prevenção de incêndios, a aplicação da lei, e as acções levadas a cabo pelos cidadãos e que poderão fazer a diferença. Estas histórias de "interesse especial" iriam encorajar uma mudança no comportamento público.
Um programa de contratação de desempregados para trabalhar na prevenção, com supervisão da Autoridade Florestal Nacional e geridos por entidades locais, podia resultar num trabalho adicional para concluir os corta-fogos e tratamento de combustível em áreas críticas.
Actualmente a maioria das torres de vigias apenas têm pessoal durante o dia. Os registos indicam que a maioria dos fogos que ocorrem durante o dia é reportada pelo público, e não pelos vigias. O funcionamento das torres de vigia é por isso fundamental à noite, quando o público está a dormir. A Rede Nacional de Postos de Vigias deverá ter isso em consideração. Coloquem pessoas na rede de vigia durante a noite!

Dois pontos de vista, as mesmas questões...

É indiscutível o papel das Corporações de Bombeiros nesta temática. A importância de ouvir quem lida com os fogos florestais na 1ª pessoa traduz-se na entrevista a 2 Comandantes de Corpos de Bombeiros. **Mário Conde, Cmdt. dos Bombeiros Voluntários da Amadora** e **José Ricardo Bismark, Cmdt. dos Bombeiros Voluntários de Albergaria a Velha**.

1 - Qual a área florestal e população que a corporação tem a "seu cargo" e com quantos efectivos contam?
M.C. A Amadora tem cerca de 70 ha de área florestal, entre eucalipto, pinheiro e outras resinosas e algumas zonas de matos. Servimos uma população de aproximadamente 250.000 habitantes. Somos uma corporação essencialmente urbana. Temos 94 assalariados (bombeiros profissionais) e 122 voluntários. Diariamente, no piquete a fogo contamos com 25 elementos divididos por 3 turnos, sendo que os de dia são feitos por assalariados e o turno da noite, por voluntários.
J.R.B. O concelho de Albergaria-a-Velha tem 15.300 ha. Sendo que 80% é área florestal, com predominância quase absoluta de eucalipto. Temos uma população de 25.000 habitantes.
No Corpo de Bombeiros, contamos com 20 elementos profissionais e 120 voluntários. O piquete de fogo é diariamente constituído por 5 bombeiros, profissionais no horário normal semanal e voluntários nos outros horários.
Na fase Bravo e Charlie, existem 5 e 7 bombeiros para intervirem nos incêndios florestais.

2 - Há muitos "obstáculos" na vossa actividade?

M.C. Sim, infelizmente há vários obstáculos a ultrapassar todos os dias. Em temos materiais, a ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil não cumpre com o plano de reequipamento dos Corpos de Bombeiros. O que levanta muitas questões ao bom desempenho, já que o material tem um limite de utilização em segurança e por vezes acaba por ser utilizado muito para lá desse tempo. Já só quase em "desespero de causa" é que há a preocupação em disponibilizar os apoios para equipamentos, mas que nunca são suficientes e o tempo de espera é tanto, que quando chega determinado equipamento novo, já há necessidade de substituir outro...

Quanto aos meios humanos, o voluntariado está a diminuir cada vez mais. A formação e o trabalho são de extrema exigência e por muito boa vontade que as pessoas tenham, é difícil assumir tudo o que isso implica. São cada vez menos os jovens que se interessam pelo trabalho dos bombeiros, já que aqui a palavra trabalho assume o verdadeiro sentido da mesma. O facto de não existirem grandes incentivos ao voluntariado também afasta as pessoas. Não podemos esquecer que estamos a falar de uma dedicação onde quase se deixa de ter férias, a família deixa de estar junta muitos dias e noites, os fins-de-semana e feriados livres são poucos... se houvesse mecanismos de incentivo ao voluntariado, mais gente haveria.

Mário Conde
Cmdt. Bombeiros Voluntários da Amadora

José Ricardo Bismark
Cmdt. Bombeiros Voluntários de Albergaria a Velha

J.R.B. As dificuldades gerais são estruturais e de entrosamento entre as diversas entidades que têm responsabilidades no combate aos incêndios florestais.

Nas dificuldades estruturais, saliento a falta de apoio do Estado ao voluntariado e o excesso de exigências, algumas delas burocráticas; Limitação da idade para a entrada nos bombeiros aos 35 anos; ausência de um quadro auxiliar de especialistas (Engenheiros florestais, civis, químicos. Médicos, enfermeiros, psicólogos. Mecânicos, motoristas, socorristas).

Por outro lado, no terreno, existem diversas entidades que assumem o combate inicial aos incêndios florestais, como especialistas em 1ª intervenção (conforme a legislação em vigor), mas na prática, o ónus do combate está nos bombeiros. É muito mais fácil ter taxas de eficiência no combate a fogachos, torna-se mais difícil em incêndios com mais de 10 ha, ainda mais com 100 ou 1000 ha. Diz um ditado popular que "quem come a carne, que roa os ossos".

Não se pode continuar a passar a mensagem para a população, que uns são rápidos e bem treinados e que os outros não têm formação adequada (quando esta é a mesma e ministrada na

mesma instituição).

3 - Que mecanismos e meios têm à disposição para prevenção e combate e qual a vossa capacidade de resposta?

M.C. Até ao ano passado, na fase Charlie era-nos atribuído 1 VTTU (Veículo Tanque Táctico Urbano) com 2 elementos.

Na fase Bravo passava a 2 VTTU com 4 elementos e 1 VFCI (Veículo Florestal de Combate a Incêndios) também com 5 elementos. Este ano foram feitas reduções e apenas na fase BRAVO estarão disponíveis 2 viaturas com 7 elementos.

Já no Teatro de Operações, contamos com o apoio do CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro), órgão que gere e envia mais meios humanos e materiais quando se torna necessário a pedido do COS (Comandante de Operações de socorro). Como estamos implantados numa área com vários Corpos de Bombeiros, o tempo de resposta é geralmente curto. Sentimos que essa cooperação funciona, o que nos dá bastante segurança e apoio.

J.R.B. Durante a fase bravo 1 ECIN 5 bombeiros (Equipa de Combate a Incêndios Florestais). Na fase Charlie 1 ECIN e 1 ELAC 5+2 bombeiros (Equipa Logística de Apoio ao Combate).

2 Grupos GIPS-GNR terrestres 2 helicópteros com brigada de 5 soldados.

1 Equipa de Sapadores Florestais.

A capacidade de resposta é boa e rápida, permitindo que no Concelho não haja nenhum incêndio com mais de 10 ha desde 2005.

4 - Quais as principais dificuldades encontradas no terreno?

M.C. Como não temos muita área florestal na Amadora, acabamos muitas vezes por sair da nossa zona de intervenção, para apoio noutros pontos do País. As dificuldades encontradas no terreno por vezes são muitas, como por exemplo os maus acessos para as viaturas e pessoal e os matos muito altos. Dificultam muito a até acabam por atrasar o combate, pois o facto de não se poder levar as viaturas para mais perto do local, obriga-nos a utilizar muito tempo a estender mangueiras e organizar o ataque de outra forma.

J.R.B. A falta de ordenamento florestal será o maior problema, reflectindo-se na falta de acessos, limpeza. Por outro lado, como estamos numa zona de monocultura do eucalipto, não existe descontinuidade florestal, o que aumenta significativamente o risco de um incêndio consumir uma parte importante da floresta. Este fenómeno, em Albergaria-a-Velha, ocorre sensivelmente cada dez anos.

5 - De um modo geral, que contrariedades aponta e que sugestões propoe para uma melhoria do vosso trabalho?

M.C. A lei exige que todos cuidem das matas, mas não se verifica na maioria das vezes que tal aconteça. O próprio Estado, proprietário de vários espaços florestais não cumpre com as exigências que obriga.

Também assistimos muito a situações de que os proprietários tentam limpar as matas e acabam o serviço a meio. Ou seja, depois de fazerem a limpeza, deixam os sobrantes no próprio terreno, ou nas bermas de estradas e caminhos, o que acaba por criar mais matéria combustível que acaba muitas vezes por se transformar em rastilho para uma maior propagação do incêndio.

Temos sentido até que há uma maior preocupação por parte da população, em particular dos proprietários florestais, pois ao longo do ano alguns se dirigem a nós no intuito de podermos não só ajudar nas queimadas, como fazer prevenção durante as queimadas. Mas não são todos...

Outra situação que nos deixa preocupados todos os anos é a dos voluntários que sofrem as consequências por prestarem ajuda ao próximo. Deveria ser criado algo que viesse colmatar essas situações. Assiste-se todos os anos ao despedimento e a descontos salariais de funcionários que faltaram ao trabalho por estarem a combater incêndios. Se as Entidades Patronais pudessem ter algum tipo de compensação pela falta desses funcionários, haveria outro tipo de atitude. Seria um bom incentivo haver uma redução nas taxas de impostos para os empregadores de bombeiros voluntários que justificadamente fossem para o combate. Se fosse criada uma articulação entre o empregador e o Corpo de Bombeiros onde os funcionários são voluntários, poder-se-ia acabar com estas situações. Isto claro, se o Estado tomasse a atitude de dar o primeiro passo.

6 - O que pode a população fazer para ajudar ao vosso trabalho?

M.C. A Protecção Civil deveria ser encarada da seguinte forma: De todos, para todos e com todos. Ou seja, todos sem excepção deveriam ter o dever cívico de proteger. Proteger para prevenir.

Assiste-se infelizmente ao abandono das áreas florestais e normalmente a população não se lembra da floresta durante quase todo o ano. Já na época de incêndios, todos se lembram da floresta e passam alguma "culpa" da desorganização florestal para as costas dos bombeiros. Porque demoram a chegar, porque vão para onde não fazem falta, porque já chegam cansados, etc... etc. A crítica destrutiva a que estamos sujeitos não ajuda em nada, já que ninguém vai para o combate a fogos de ânimo leve e sem dar o seu melhor. Não podemos ter um bombeiro em cada esquina e os bombeiros não chegam a todo o lado ao mesmo tempo...

Uma parte da população, que tantas vezes quer ajudar e que felizmente ajuda, tem por vezes alguma dificuldade em entender o que é necessário fazer e que prioridade dar e ao quê. O ideal seria que os populares conseguissem acatar as indicações do que é necessário fazer, para que deixassem de ocorrer situações muito críticas. É que além de estarmos a combater um fogo florestal acabamos também por termos que cuidar de pessoas com queimaduras por falta de roupa adequada e outras que acabam por colocar em risco as suas vidas e as nossas por quererem ajudar e não pensarem nas consequências de avançarem para o fogo sem a orientação adequada. Não se deve ter a iniciativa de actuar sozinho, para não criar perigos a si próprio e a outros. Devemos aceitar toda a ajuda possível, mas sempre dentro dos limites de segurança para bens e pessoas.

J.R.B. A população é parte integrante do problema e da solução. Em primeiro lugar, limpar as zonas envolventes das suas habitações, criando uma faixa de descontinuidade mínima de 50 metros, permitindo que os incêndios florestais junto de povoações, não envolvam riscos urbanos. Assim, os bombeiros concentram-se unicamente no combate ao incêndio florestal.

Seguirem as instruções emanadas quer pelos bombeiros, quer pelas outras entidades; Não fazer queima de sobrantes durante a época proibida; não lançar foguetes; cumprir com as ordens de evacuação, etc.

7 - Considera que as empresas locais que executam trabalhos florestais deviam ter um papel activo na prevenção e combate aos incêndios?

M.C. É uma questão curiosa essa... mais uma vez refiro a questão de que a protecção civil somos todos. Incluindo essas empresas. Perece-me que seria uma mais-valia para todos, o facto de podermos contar com maquinaria pesada e com pessoas especializadas no seu manuseamento e com um bom conhecimento da área onde os trabalhos se desenvolvem. A abertura de caminhos e aceiros para a prevenção e combate, criação de zonas tampão e a ajuda ao trabalho de contra fogo, seriam alguns dos trabalhos que em muito nos ajudariam.

Há empresas que disponibilizam maquinaria para o combate e depois, quando acontece algum problema, como danos e até a perda total das máquinas, não há quem assuma esses prejuízos. Também o combustível que é utilizado, o desgaste das máquinas e o tempo de trabalho são encargos que as empresas têm que assumir por não haver um sistema que permita reaver esses custos. E isso deveria acabar, pois na prestação de um serviço à comunidade tem que haver uma justa compensação.

Mas para que isso aconteça, deve-se primeiro criar condições e regras para que tudo corra bem. Talvez a ANEFA possa ser uma entidade dinamizadora desse processo em conjunto com a ANPC e respectivos Ministérios.

Deveria haver uma recolha de informação local das empresas interessadas em prestar esses serviços, bem como as máqui-

nas e pessoal especializado que dispõe. Esse trabalho poderia ser solicitado às Câmaras Municipais, que são as entidades mais próximas das empresas locais.
Também seria necessário que essas empresas tivessem acções de formação / sensibilização para os trabalhos de combate a que se propõem, para que haja sempre um fio condutor entre todos os intervenientes.
Depois, é importante que as empresas respeitem sempre as indicações que lhes são dadas pelo Comandante das Operações e que se limitem a fazer o que lhes é indicado e ficarem sempre sob chefia do Comandante das operações.
E por ultimo mas não menos importante, as justas contrapartidas para essas empresas. O Estado teria que criar um pacote atractivo de benefícios e compensações. Além do pagamento dos trabalhos, a isenção de pagamento de algumas taxas e impostos durante um determinado período, seria aliciante.
J.R.B. Claro que sim. As empresas florestais são as primeiras interessadas em que não existam incêndios na floresta. Vivem da floresta, para a floresta e da floresta. Com a situação actual, só acumulam prejuízos.
A solução passa por fazerem plantações ordenadas e com um plano de DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios).
Penso que uma das soluções para o futuro, será a constituição de ZIF's (Zonas de Intervenção Florestal), visto haver a necessidade de emparcelar, para aumentar a dimensão de cada zona a intervencionar.

Um Programa de Investigação sobre os Incêndios Florestais

Domingos Xavier Viegas e A. Rui Figueiredo
LAETA - ADAI, Dep. Eng.ª Mecânica, Universidade de Coimbra

Laboratório de Estudos de Incêndios Florestais e Campo de Ensaios da Gestosa

Os incêndios florestais constituem um dos principais problemas nacionais, em matéria de protecção ambiental e de protecção civil, à semelhança do que acontece nos países da orla mediterrânica, nos Estados Unidos, Canadá e Austrália.
Na Universidade de Coimbra este tema vem sendo abordado desde 1985, de uma forma sistemática e nas suas várias vertentes, iniciativa académica que foi motivada pela ocorrência do acidente de Armamar, no qual perderam a vida dezasseis Bombeiros. Já o acidente de Sintra em 1966, com as vinte e cinco vítimas que causou, prenunciava a chegada de um flagelo que nas décadas seguintes não cessou de se agudizar. Logo em 1986, o incêndio de Águeda vitimou catorze pessoas. Em anos mais recentes e de todo o Mundo chegaram notícias de acontecimentos trágicos ligados aos incêndios florestais: Ilha de La Gomera (Canárias), 11 Setembro 1984 – vinte vítimas; Guadalajara com onze vítimas em 17 de Julho de 2005, Makistos (Grécia), em 24 de Agosto de 2007, com vinte e sete vítimas; Kornati Island (Croácia), treze vítimas, em 30 de Agosto de 2007. Dada a complexidade do problema, procurou-se abordá-lo sob várias perspectivas, com o apoio de cientistas de diversas especialidades e dar alguma contribuição para resolver este problema. No essencial essas abordagens distribuem-se

pelos factores meteorológicos, pela caracterização de combustíveis, pelo comportamento do fogo, a segurança pessoal e os sistemas de apoio à decisão.

No âmbito de um protocolo com o Instituto de Meteorologia e em colaboração com parceiros europeus temos contribuído para a melhoria do sistema de indexação de perigo de incêndio a nível nacional.

No âmbito da caracterização dos combustíveis o Centro de Estudos de Incêndios Florestais (CEIF), da Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI), tem vindo a estudar sistematicamente o teor de humidade de combustíveis finos, desde 1985, dispondo de uma base de dados que é única a nível Europeu. Desenvolvemos um Guia de Combustíveis, que é aplicado por diversas entidades em Portugal.

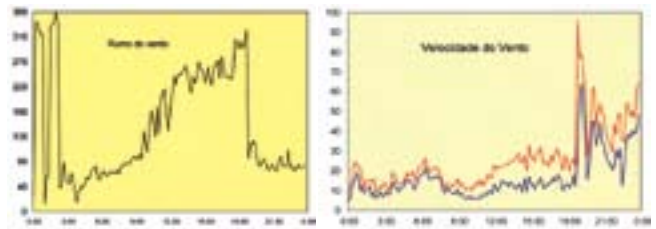
Um dos aspectos cuja importância reúne o consenso da comunidade científica internacional é o papel do vento e da topografia nas características de propagação do fogo e nesse âmbito particular realizamos investigação de carácter teórico, computacional e experimental. A maior parte desta actividade é conduzida nas instalações do Laboratório de Estudos sobre Incêndios Florestais (LEIF), sedeado na Lousã junto ao aeródromo desta cidade e vizinho das instalações da Escola Nacional de Bombeiros. Realizam-se também ensaios à escala real no Campo de Ensaios da Gestosa (Concelho de Castanheira de Pêra).

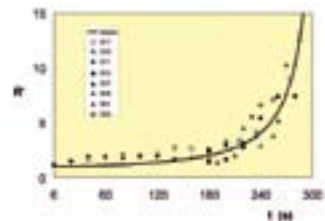
Simulação laboratorial: inclinação do terreno e da acção simultânea do vento e declive.

Em larga medida, a motivação da nossa investigação, e uma das suas principais aplicações, é a da melhoria da segurança pessoal na frente de fogo.

Uma das contribuições recentes da nossa equipa consistiu no estudo do carácter dinâmico da propagação do fogo. Verifica-se que o fogo vai modificando as suas propriedades e as respectivas características de propagação. Em situações extremas ocorre mesmo o que designamos por Comportamento eruptivo, crescimento exponencial da velocidade de propagação, em particular no caso de um incêndio num desfiladeiro, configuração que tem merecido particular atenção, quer do ponto de vista laboratorial e teórico, quer ainda da análise de acidentes ocorridos.

Simulação laboratorial do fogo num desfiladeiro e incêndio de Famalicão da Serra (6 vítimas, em 7 de Julho de 2005)

No caso do incêndio de Freixo de Espada-à-Cinta, ocorrido também num desfiladeiro, foi possível recuperar dados adquiridos por uma estação meteorológica situada no topo da encosta, apesar de fortemente atingida pela frente de fogo, tendo sido registados durante o acidente, pelas 18:30h, valores da velocidade do vento superiores a 90 km/h e, em simultâneo, inversão de 180º no seu sentido, como se pode ver nas figuras seguintes.

Valores da velocidade e do rumo do vento registados, durante o dia, pela estação meteorológica de Freixo de Espada-à-Cinta (3 de Agosto de 2003).

Tal tipo de comportamento, parece estar ligado essencialmente à configuração do terreno, podendo ocorrer independentemente da velocidade ou da direcção do vento. Para prever este comportamento foi desenvolvido um modelo teórico, o qual compara bem com resultados experimentais.

Comparação entre o modelo teórico do comportamento eruptivo e dados experimentais

No capítulo do estudo e desenvolvimento de sistemas de apoio à decisão, e no âmbito de projectos nacionais ou internacionais, o Centro de Estudos de Incêndios Florestais tem contribuído para o desenvolvimento de sistemas de detecção e monitorização de incêndios, simuladores de comportamento do fogo e outros meios de apoio à decisão.

Viatura de vigilância móvel e sistema de vigilância com câmaras vídeo e infravermelhos

Para lá da actividade de divulgação a que os membros do CEIF se dedicam em colóquios, conferências, acções de formação e na publicação dos seus trabalhos nas mais prestigiadas revistas internacionais, assume particular relevo a realização, de quatro em quatro anos, da *International Conference on Forest Fire Research*, cuja próxima edição, a 6ª, terá lugar em 2010.

São também ministrados no LEIF cursos em colaboração com a Escola Nacional de Bombeiros para formação de agentes operacionais.

O Laboratório de Estudos de Incêndios Florestais é visitado frequentemente por técnicos e investigadores estrangeiros recebendo também grupos de alunos do ensino básico e secundário.

O CEIF/ADAI vem pois desenvolvendo desde 1985, de uma forma ininterrupta, actividade de investigação aplicada em incêndios florestais. Esta actividade tem merecido o reconhecimento nacional e internacional e o apoio e colaboração de diversas instituições e entidades nacionais e estrangeiras.

Contactos:
Socriter
Sociedade Ribatejana de Terraplanagens, Lda.
Zona Industrial do Ulme
2140 Chamusca
Tel: 249771696
Fax: 249771698
E-mail: socriter@mail.telepac.pt

Socriter

Sociedade Ribatejana de Terraplanagens, Lda.

Com 30 anos de experiência ao serviço da agricultura e floresta em Portugal, a Socriter – Sociedade Ribatejana de Terraplanagens, Lda., apareceu como a primeira empresa apta para trabalhos de nivelamento a laser e com recurso a alfaias sofisticadas.

Com cerca de 50 trabalhadores, especializou-se ainda em trabalhos de construção de barragens e caminhos florestais, no entanto actualmente estes representam apenas uma pequena percentagem das suas obras, que abrangem todo o território nacional. Pelo seu amplo leque de serviços no âmbito da silvicultura, nomeadamente ao nível da preparação de terreno, adubações, plantação e podas de formação (educação de árvores), recebeu já inúmeros louvores de outras empresas com mérito no sector florestal.

Os diversos anos de trabalho ligados ao Mundo Rural permitem à gerência perspectivar ser elementar a definição de prioridades, e o aproveitamento e melhoria dos recursos disponíveis, quer em termos florestais, como humanos.

Um apoio mais efectivo por parte do Governo, e a existência de alvará são alguns dos pontos que no entender da Socriter levariam à diferença no sector, uma vez que haveria uma motivação para o investimento e um serviço técnico mais capacitado, que seguramente poderia contornar problemas como o de concorrência desleal.

Numa altura em que milhares de postos de trabalho são postos em causa, a Sociedade Ribatejana de Terraplanagens, lamenta que haja um subaproveitamento da riqueza florestal, pelo que acredita que a modernização e inovação das empresas é necessária e imperativa, valorizando esse conceito. Deste modo, e num futuro próximo a empresa tenciona apostar na aquisição de novos equipamentos, bem como no desenvolvimento de um inerte para biomassa, constituindo esta como uma oportunidade de abranger assim outras áreas de trabalho.

Associada da ANEFA desde 1995, realça a importância de fazer parte da Associação, já que esta congrega centenas de empresários, e visa pelos direitos das empresas que actuam no Mundo Rural. A Socriter aponta a redução do IVA para 5% em muitos dos serviços florestais, e a aplicação do gasóleo verde em maquinaria florestal, como algumas das grandes conquistas da ANEFA, beneficiando não só os seus associados, como todos os agentes do sector.

Conteúdos cedidos pela Gerência

Movimento Eco campanha 2009

Boa gestão, detecção e alerta precoce!

Decorreu no passado dia 19 de Maio no Centro de Congressos de Lisboa a apresentação da campanha para 2009 do Movimento ECO – empresas contra os fogos.
Esta iniciativa, levada a cabo desde 2007, reúne o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e empresas parceiras, com o intuito de mobilizar a sociedade civil para a sensibilização e a consciencialização da importância da preservação da floresta e do combate aos incêndios.
Através da divulgação de comportamentos preventivos e do alerta para condutas consideradas de risco, o Movimento Eco, pretende em 2009 continuar o seu trabalho, promovendo uma mudança de atitudes dos cidadãos, com o aumento de touch points e dando igualmente enfoque à necessidade preventiva de limpeza das matas.
É também seu propósito contribuir para os objectivos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente, para que ardam menos de 100 mil hectares, até 2012, tomando como referência que "a sensibilização, a preservação e a rapidez do ataque inicial são fundamentais para que os incêndios diminuam e não atinjam grandes proporções e danos."

Seminário Internacional

"Floresta, Sustentabilidade e Prosperidade"

"Queremos que comecem a falar da floresta e das três fileiras florestais – do pinho, do eucalipto e do sobro". Foi assim que José Honório, presidente da Comissão Executiva do Grupo Portucel Soporcel, iniciou a sua apresentação no Seminário Internacional subordinado ao tema geral "Floresta, Sustentabilidade e Prosperidade", realizado no dia 2 de Junho, em Lisboa.
Com o objectivo de promover uma reflexão de fundo sobre a floresta, analisando os principais desafios e oportunidades que se colocam ao sector e à indústria papeleira em Portugal e no mundo, o evento contou com a participação de cerca de duas dezenas de oradores que debateram diversos temas como o correcto planeamento do uso do solo, a organização e mobilização dos principais players do sector, a aplicação das boas práticas florestais que garantam a sustentabilidade, a conservação da Natureza e a defesa da biodiversidade, a certificação florestal, a aposta na protecção da floresta contra os incêndios e a cobertura do risco através de seguro.
Segundo a organização, os temas abordados, foram tratados com seriedade e objectividade, o que contribui para uma melhor clarificação do valor da floresta enquanto recurso natural gerador de riqueza, emprego e qualidade de vida, de forma a garantir um futuro sustentável.

Joana Faria ■ ANEFA

Elmia Wood

A feira florestal mais importante do mundo abriu portas nos dias 3 a 6 de Junho

As inovações e os desenvolvimentos de vanguarda para o melhor aproveitamento dos recursos florestais estiveram patentes ao publico na feira internacional ElmiaWood 2009, que decorreu em Jönköping, no sul da Suécia, onde acontece, desde 1975, a Elmia Wood, a mais conceituada feira focada em equipamentos e máquinas florestais do mundo.
Com um total de 150 ha de área de florestas e mais de 4,5 km de estradas com autocarros a cada minuto para levar os visitantes as áreas de operações florestais e num enquadramento mundial que apela a florestas cada vez mais produtivas, a Elmia2009 promoveu, como habitualmente, demonstrações de tecnologias e know-how para todo ciclo florestal, este ano com um especial ênfase para as máquinas para bioenergia e equipamentos para recolha e tratamento da biomassa florestal.
Num total aproximado de 500 expositores, e com 46.502 visitantes, a Elmia Wood irá voltar nos dias 5 a 8 de Junho de 2013.

António Loureiro ■ Unimadeiras

Congresso Florestal Nacional

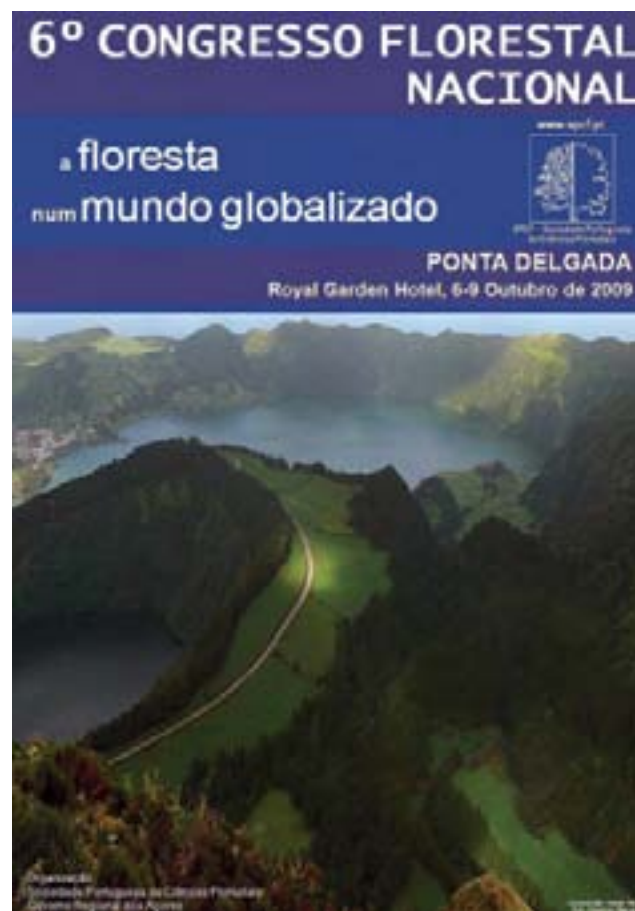
O Congresso Florestal Nacional (CFN) tem vindo a afirmar-se, ao longo dos anos, como uma oportunidade de excelência para debate das questões florestais. É organizado pela Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais (SPCF) com a periodicidade de 4 anos, e subordinado a um tema orientador.

Na sua 5ª edição, o tema orientador foi "a Floresta e as Gentes", de onde resultaram as seguintes conclusões.

A floresta é um recurso natural renovável, e a sociedade reconhece-o cada vez mais como um ecossistema de primeira importância para a produção de bens e a prestação de serviços.

Aliás, esta forma de a sociedade encarar a floresta tem vindo a evoluir de uma percepção essencialmente utilitária da primeira metade do século XX (produção de bens), para uma percepção mais ecológica e orgânica nas últimas décadas (prestação de serviços).

Estas formas de sentir a floresta não são no entanto incompatíveis, assegurando a floresta simultaneamente a satisfação dos proprietários florestais (que detêm mais de 85% da superfície florestal nacional) através da produção de bens que asseguram a sua manutenção e remuneram o património e o investimento, e da sociedade de carácter mais urbano (que constitui já uma maioria entre nós) através dos serviços que presta: directos, como as oportunidades de recreio, a paisagem, o contacto com a natureza, entre outros, e os indirectos como os cada vez mais valorizados armazenamento de carbono, biodiversidade, protecção do solo e qualidade do ar e da água, entre muitos outros também.

À medida que as sociedades se vão urbanizando e melhorando o nível de vida, a percepção da natureza e daquilo que ela lhes oferece assume um papel cada vez mais significativo no seu nível de satisfação pessoal. A floresta conjuga e proporciona ao mesmo tempo as sensações de grande proximidade com a natureza e de mistério e, integrando e marcando de forma indelével a paisagem, é inequivocamente um factor de atracção das populações cada vez mais urbanas e deficitárias no seu contacto com a natureza.

Conclusões gerais

Para que os espaços florestais possam concretizar as metas anteriormente referidas, torna-se necessário no entanto analisar e aprofundar aspectos relativos à desejada reforma estrutural do sector, nomeadamente no que se refere aos factores que mais marcam a actualidade florestal nacional: o despovoamento rural e os incêndios.

Sendo o primeiro incontornável, é imperiosa a criação de condições para que esse despovoamento e consequente abandono dos espaços rurais se constituam como factores de fomento e indução da alteração da estrutura fundiária.

Sendo o segundo passível de minimização principalmente através da gestão profissional do recurso, considerou-se absolutamente necessário no âmbito deste congresso:

- A participação pública nos processos de tomada de decisão no que respeita à definição das estratégias, das metas e dos objectivos a atingir para o sector;
- A adopção de uma política fiscal específica para a actividade florestal, adaptada ao longo prazo do investimento e que considere externalidades não tangíveis, factores indutores de um novo ordenamento dos espaços silvestres;
- A elaboração urgente de um cadastro simplificado da propriedade florestal e rústica;
- O reforço da dotação e o alargamento dos objectivos do Fundo Florestal Permanente;

Como considerações de carácter mais específico, chegou-se também neste congresso às seguintes conclusões:

Tema 1 - Silvicultura

A especial relevância da adopção de técnicas silvícolas correctamente suportadas no conhecimento técnico e científico disponível, na gestão dos povoamentos florestais e dos espaços silvestres;
A constatação da produção de novos conhecimentos com aplicabilidade directa à gestão florestal em numerosas áreas das ciências silvícolas, designadamente na multiplicação de plantas, na recuperação de áreas ardidas, no ordenamento silvopastoril, na caracterização e gestão das diversas componentes dos ecossistemas silvestres e nas técnicas de arborização e manutenção da fertilidade do solo;
O carácter prioritário da investigação e da experimentação na área das técnicas de exploração florestal e de recolha de outros produtos florestais, pelo impacte que tem na viabilidade económica das explorações;
A necessidade da fundamentação das opções do gestor florestal no conhecimento (e integração nas práticas silvícolas) das dinâmicas naturais dos ecossistemas florestais, como referência para uma melhor avaliação das funções desempenhadas pelas florestas no âmbito das alterações climáticas, da conservação da biodiversidade e da luta contra a desertificação;

Tema 2 - Inventário, Modelação e Gestão

A importância da participação pública nos processos de decisão associados à gestão florestal e ao ordenamento do território;
O impacte das medidas de política na qualidade da Paisagem, como uma base para a definição e adopção de medidas de política mais ajustadas à realidade local e regional e ao interesse público;
A necessidade de basear a preparação de planos de gestão florestal através de inventário florestal e da utilização de modelos de produção florestal para a simulação de alternativas de gestão;
A necessidade de recolha de informação, ao nível do inventário florestal (local, regional ou nacional), tendo em vista a definição de índices de biodiversidade, a quantificação de recursos não produtivos e a caracterização da utilização social da floresta;
A importância da utilização de modelos processuais e/ou híbridos para prever as consequências de cenários de alterações climáticas quer na produtividade, quer na distribuição das espécies;
O uso de novas tecnologias na transferência e gestão de informação entre proprietários e associações e organismos de gestão e decisão foi considerado como factor decisivo para o desenvolvimento de uma floresta competitiva e sustentável;

Tema 3 - Fisiologia e Genética

A qualidade genética dos Materiais Florestais de Reprodução e a aplicação de modernas práticas de gestão constituem o garante da sustentabilidade produtiva e ambiental das nossas florestas;
A manutenção da biodiversidade dos sistemas florestais, a longo prazo, depende do desenvolvimento de acções de conservação genética e de domesticação das espécies autóctones, arbustivas e de folhosas nobres, que devem ser implementadas através de programas de melhoramento genético com esse objectivo;
A divulgação e demonstração dos benefícios da utilização do material melhorado aos proprietários florestais é uma tarefa prioritária do melhoramento florestal tradicional, que deverá ser apoiado no aprofundamento do conhecimento dos processos fisiológicos, nas técnicas de genética molecular e na biotecnologia;

Tema 4 - Produtos Florestais

A necessidade de uma ligação mais estreita entre a produção e o uso final dos produtos florestais, uma vez que a motivação económica constitui ainda o maior estímulo à manutenção da actividade florestal;
A necessidade de uma maior diversificação do uso das espécies florestais autóctones para fazer frente à evolução das exigências dos mercados e combater as ofertas da concorrência externa;

Tema 5 - Protecção Florestal

A importância das medidas de ordenamento, da melhoria da estrutura florestal e da gestão profissional na prevenção de incêndios florestais e na redução da sua incidência;
A importância da profissionalização de uma estrutura de primeira intervenção no combate aos incêndios em torno do conceito dos sapadores florestais;
A necessidade do desenvolvimento de diferentes e novas metodologias na detecção e monitorização de pragas e doenças, e na monitorização da dispersão de patogéneos, nomeadamente através do uso de técnicas de detecção remota, do uso de semioquímicos (feromonas e cairomonas) e ainda do recurso a métodos de biologia molecular na detecção de novas espécies ou estudo das populações.
A necessidade da aplicação atempada e adequada de medidas preventivas e de controlo, nomeadamente no combate da doença do nemátodo da madeira do pinheiro, na prevenção de surtos de escolitídeos após a ocorrência de incêndios, e ainda no controlo de insectos rizófagos antes da instalação de novos povoamentos de modo a prevenir a mortalidade das plantas jovens;

Tema 6 - Política

O futuro Plano Florestal Nacional deverá ser elaborado na base de um conceito evolutivo do planeamento florestal, através de uma abordagem multifuncional dos espaços florestais consagrada na elaboração do Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF's) e tendo em atenção a tipologia e as expectativas dos proprietários florestais;
O envolvimento dos utilizadores é um factor chave para a definição das funcionalidades dos sistemas de informação de suporte à gestão, planeamento e ordenamento dos ecossistemas florestais;
A integração dos sistemas de gestão florestal nas organizações de produtores é crítico para o seu sucesso e utilização efectiva;
A necessidade de uma gestão profissionalizada da floresta como forma de atrair o investimento interno e externo para este importante sector da economia nacional;
A adopção de uma política fiscal específica para a actividade florestal, adaptada ao longo prazo do investimento e que considere externalidades não tangíveis da floresta, factores indutores de um novo ordenamento dos espaços rurais.

Conteúdos cedidos pela Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais

2009

Julho

Evento	Data / Local
Inter Agrar Agricultura	1 a 5 Áustria – Wieselburg http://www.messewieselburg.at/
Hampton C. Palace Flower Show Espaços Verdes	7 a 12 Reino Unido – Surrey http://www.rhs.org.uk/whatson/shows/hamptoncourt2009/
Vinitech América Latina Agricultura	9 a 11 Chile - Santiago do Chile http://www.mundofeiras.com/Vinitech+America+Latina/cc:FF,if:2253
The Royal Show Agricultura	7 a 10 Reino Unido – Warwickshire http://www.royalshow.org.uk/
Fercam Manzanares Agricultura	15 a 19 Espanha - Castela-La Mancha http://fercam.manzanares.es/
FERCAM - Feria Regional del Campo y Muestras de Ca Agricultura	15 a 19 Espanha - Manzanares
Agroexpo Bogota Agricultura	16 a 26 Colômbia – Bogota http://www.agroexpo.com/

Agosto

Evento	Data / Local
Forstmesse Floresta	20 a 23 Suiça – Birmenstorf http://www.fachmessen.ch/cms.asp
Gardening Espaços Verdes	28 a 30 Austrália – Melbourne http://www.gardenshow.com.au/
Spoga+Gafa Espaços Verdes	30 Agosto a 1 Setembro Alemanha – Colónia http://www.spogagafa.com/

Setembro

Evento	Data / Local
Wood and Bioenergy Floresta	2 a 4 Finlândia – Jämsänkoski http://www.jklpaviljonki.fi/puu2009/eng_wood.php
Agromaq Agricultura / Máquinas e Equipamentos / Produção Animal	5 a 10 Espanha – Salamanca http://www.feriadesalamanca.es/agromaq09/agromaq.html
Innov Agri Grand Sud-ouest Agricultura	9 a 10 França – Ondes http://iagso.innovagri.com/index.php?lang=en
Expo Green Espaços Verdes	11 a 13 Itália – Bolonha http://www.expogreen.it/en/home.php
China Paper - China Forest Floresta	16 a 18 China – Beijing http://www.chinapaperbeijing.com/
Glee Espaços Verdes	20 a 22 Reino Unido – Birmingham http://www.gleebirmingham.com/
Agrotech Thessaloniki Agricultura	23 a 27 Grécia – Tessalónica http://www.helexpo.gr/
IHE Woodenergy Floresta	24 a 27 Alemanha - Augsburg
Wood Processing Machinery Agricultura	26 a 30 Turquia – Istambul http://www.tuyap.com.tr/webpages/agacmakineleri2009eng/index.php
Eolica Expo Mediterranean (E. Eólica) Ambiente / Energias alternativas	30 Setembro a 2 Outubro Itália – Roma http://www.zeroemissionrome.eu/en/index_zer.asp
CO2 Expo (Mercado do carbono) Ambiente	30 Setembro a 2 Outubro Itália – Roma http://www.zeroemissionrome.eu/en/index_zer.asp

Diploma	Sumário
Informação n.º 2009/C 71/02 **25 Mar**	Parecer do Conselho, de 10 de Março de 2009, relativo ao Programa de Estabilidade actualizado de Portugal para o período de 2008-2011
Informação n.º 2009/C 74/03 - C 74 **28 Mar**	Comunicação da Comissão no âmbito da execução da Directiva 98/37/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes às máquinas Inclui referências a máquinas e utensílios utilizados em silvicultura (nomeadamente em trabalho florestal) e nas indústrias florestais.
Decreto-Lei n.º 73/2009 **31 Mar**	Aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho
Informação n.º 2009/C 77/09 **31 Mar**	Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao banco do condutor dos tractores agrícolas ou florestais de rodas». Este Parecer foi aprovado na 447.a Reunião Plenária de 17 e 18 de Setembro de 2008.
Informação n.º 2009/C 77/12 **Informação n.º 2009/C 77/19/C 77** **31 Mar**	Pareceres do Comité Económico e Social Europeu respectivamente sobre: – a Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis – as Negociações Internacionais sobre as Alterações Climáticas Têm referências a assuntos florestais. Estes Pareceres foram aprovados na 447.a Reunião Plenária de 17 e 18 de Setembro de 2008
Decreto-Lei n.º 74/2009 31 Mar	Cria uma linha de crédito, com juros bonificados, dirigida às empresas do sector agrícola e pecuário, do sector florestal e às agro-indústrias
Despacho Normativo n.º 14/2009 **2 Abr**	Alteração das boas condições agrícolas e ambientais Alteração do diploma das boas práticas agrícolas (Despacho Normativo n.º 24/2008, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas – Gabinete do Ministro)
Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2009 **2 Abr**	Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2008, de 7 de Janeiro, que criou a estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e revogou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2007, de 21 de Agosto
Decreto-Lei n.º 85/2009 **3 Abr**	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril, através da redefinição das Unidades Territoriais de nível 3 (NUTS III) do Alto Alentejo e Alentejo Central para efeitos de organização territorial das associações de municípios e para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional
Decreto-Lei n.º 87/2009 3 Abr	Procede à 25.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril, relativo à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2007/76/CE, da Comissão, de 20 de Dezembro, 2008/40/CE, da Comissão, de 28 de Março, 2008/41/CE, da Comissão, de 31 de Março, 2008/66/CE, da Comissão, de 30 de Junho, 2008/69/CE, da Comissão, de 1 de Julho, 2008/70/CE, da Comissão, de 11 de Julho, e 2008/91/CE, da Comissão, de 29 de Setembro, que alteram a Directiva n.º 91/414/CEE, do Conselho, de 15 de Julho, com o objectivo de incluir certas substâncias activas
Portaria n.º 346/2009 **3 Abr**	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.4.2, «Informação e Promoção de Produtos de Qualidade», da Medida n.º 1.4, «Valorização da Produção de Qualidade», do Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER
Portaria n.º 353-D/2009 **3 Abr**	Procede à quinta alteração à Portaria n.º 1202/2004, de 17 de Setembro, que estabelece as regras nacionais complementares relativas ao 1.º ano de aplicação do regime do pagamento único, previsto no Título III do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, bem como nos Regulamentos (CE) n.os 795/2004 e 796/2004, ambos da Comissão, de 21 de Abril, e revoga o Despacho Normativo n.º 22/2005, de 5 de Abril No artigo 4.º, existe menção ao "controlo da vegetação lenhosa espontânea" e, no artigo 13.º, refere-se "regime de pagamento único para florestas".
Portaria n.º 364/2009 **6 Abr**	Admite a apresentação de candidaturas, sob a modalidade de projecto não integrado em plano, ao abrigo das Acções n.os 7.1, 7.2 e 7.3 da Medida n.º 7, «Formação profissional», do Programa AGRO. Abrange apoios a conceder relativamente a acções de formação no âmbito de recursos florestais
Despacho normativo n.º 16-A/2009 **9 Abr**	Alteração do Despacho normativo n.º 4/2009 Está directamente relacionada com a Portaria n.º 260/2009, de 11 de Março, que aprovou o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.4.1., «Apoio aos Regimes de Qualidade», no âmbito da Medida n.º 1.4., «Valorização da Produção de Qualidade», integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER. Este Regulamento de Aplicação beneficia directamente as explorações apícolas.
Portaria n.º 427-A/2009 **23 Abr**	Segunda alteração à Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de Março, que aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, «Valorização de Modos de Produção», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), que integra a Acção n.º 2.2.1, designada «Alteração de Modos de Produção Agrícola», e a Acção n.º 2.2.2, designada «Protecção da Biodiversidade Doméstica» Tem referências a pastagens sob coberto florestal, a explorações agro-florestais e a montado. É criada uma nova acção, a Acção n.º 2.2.4 «Conservação do solo».

Diploma	Sumário
Directiva 2009/28/CE **23 Abr**	Relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis que altera e subsequentemente revoga as Directivas 2001/77/CE e 2003/30/CE Destaca-se: – dos considerandos – "(24) Para tirar pleno proveito do potencial da biomassa, a Comunidade e os Estados-Membros deverão promover uma maior mobilização das reservas de madeira existentes e o desenvolvimento de novos sistemas florestais." – das definições: – "e) «Biomassa»: a fracção biodegradável de produtos, resíduos e detritos de origem biológica provenientes da agricultura (incluindo substâncias de origem vegetal e animal), da exploração florestal e de indústrias afins, incluindo da pesca e da aquicultura, bem como a fracção biodegradável dos resíduos industriais e urbanos;"
Decisão n.º 406/2009/CE **23 Abr**	Relativa aos esforços a realizar pelos Estados-Membros para redução das suas emissões de gases com efeito de estufa a fim de respeitar os compromissos de redução das emissões de gases com efeito de estufa da Comunidade até 2020. Inclui várias menções a exploração florestal.
Decreto-Lei n.º 99/2009 **28 Abr**	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais "O Conselho Europeu aprovou, no fim de 2008, uma proposta da Comissão Europeia contendo um conjunto de medidas para fazer face à actual situação de crise e de relançamento da actividade económica, no qual se integra a possibilidade de prorrogação da data limite de elegibilidade das despesas relacionadas com a execução dos Programas Operacionais do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), até 30 de Junho de 2009."
Despacho n.º 11061/2009 **4 Mai**	Planos de Utilização dos Baldios (PUB): determinação das metas necessárias ao processo de aprovação
Despacho n.º11134/2009, **Despacho n.º11135/2009,** **Despacho n.º11136/2009,** **Despacho n.º11137/2009,** **Despacho n.º11138/2009,** **Despacho n.º11139/2009,** **Despacho n.º11140/2009,** **Despacho n.º11141/2009,** **Despacho n.º11142/2009** **5 Mai**	Criação das Zonas de Intervenção Florestal, respectivamente, de: – Serra da Estrela Sul (ZIF n.º 61, Processo n.º 163/07-AFN) gestão: caule – Associação Florestal da Beira Serra; concelhos de Seia, Arganil e Oliveira do Hospital – Carvalhais (ZIF n.º 60, Processo n.º 114/07-AFN) gestão: VERDELAFÕES – Associação de Produtores Florestais; concelho de São Pedro do Sul – Gondomar (ZIF n.º 55, Processo n.º 178/08-AFN) gestão: Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto; concelho de Gondomar – Almeirim e Alpiarça (ZIF n.º 57, Processo n.º 105/07-AFN) gestão: ACHAR – Associação dos Agricultores de Charneca; concelhos de Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Salvaterra de Magos – Talhadas (ZIF n.º 59, Processo n.º 157/07-AFN) gestão: Associação de Produtores Florestais e Agrícolas do Concelho de Proença-a-Nova; concelho de Proença-a-Nova – Mafra Este (ZIF n.º 56, Processo n.º 115/07-AFN) gestão: FLOREST – Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura; concelho de Mafra – Moura Alva (ZIF n.º 58, Processo n.º 39/06-AFN) gestão: CAULE – Associação Florestal da Beira Serra; concelhos de Arganil e Oliveira do Hospital – Alenquer, Azambuja e Cadaval (ZIF n.º 53, Processo n.º 123/07-AFN) gestão: APAS Floresta – Associação de Produtores Florestais; concelhos de Alenquer, Azambuja e Cadaval – Gouveia Este (ZIF n.º 62, Processo n.º 125/07-AFN) gestão: URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela; concelho de Gouveia
Lei n.º 20/2009 **12 Mai**	Estabelece a transferência de atribuições para os Municípios do Continente em matéria de constituição e funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.
Decreto-Lei n.º 104/2009 **Decreto-Lei n.º 105/2009** **12 Mai**	Cria respectivamente: – O Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas (FIEAE) – O Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas (FACCE)
Decisão 2009/379/CE, **12 Mai**	Fixa os montantes que, nos termos dos Regulamentos (CE) n.º 1782/2003, (CE) n.º 378/2007, (CE) n.º 479/2008 e (CE) n.º 73/2009 do Conselho são colocados à disposição do Feader e os montantes disponíveis para as despesas correspondentes ao FEAGA.
Portaria n.º 520/2009 **14 Mai**	Aprova o Regulamento de Aplicação das Acções n.os 3.1.1, «Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola», 3.1.2, «Criação e Desenvolvimento de Microempresas», e 3.1.3, «Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer», da Medida n.º 3.1, «Diversificação da Economia e Criação de Emprego», integrada na Subprograma n.º 3, «Dinamização das Zonas Rurais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER Tem referências a assuntos florestais (relevância para viveiros florestais), cinegéticos e de pesca em águas interiores.
Decreto-Lei n.º 107/2009 **15 Mai**	Aprova o regime de protecção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas
Decreto-Lei n.º 109/2009 **15 Mai**	Estabelece o regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua actividade

Diploma	Sumário
Portaria n.º 522/2009 **15 Mai**	Determina a reclassificação das albufeiras de águas públicas de serviço público.
Declaração de Rectificação n.º 33/2009 **19 Mai**	Rectifica o Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, do Ministério da Economia e Inovação, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, que aprovou o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente durante o período de 2007 a 2013, adoptando medidas de flexibilização dos sistemas de incentivos do QREN orientados para as empresas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 56, de 20 de Março de 2009
Declaração n.º 164/2009 **21 Mai**	Conta provisória de Janeiro a Março de 2009. Salientam-se referências a: – Taxas florestais; – Fundo Florestal Permanente; – Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça; – Centro de Formação Profissional das Indústrias de Madeira e Mobiliário; – Autoridade Florestal Nacional; – Fundo Português do Carbono.
Despacho n.º 12208/2009 **21 Mai**	Composição da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional CNREN
Despacho n.º 12379/2009 **25 Mai**	Fixa os montantes de apoio à promoção, constituição, gestão e funcionamento das Zonas de Intervenção Florestal no âmbito do Fundo Florestal Permanente
Aviso n.º 10037/2009 **25 Mai**	Torna-se pública a lista de indicadores relativa aos requisitos legais de gestão aplicáveis a partir de 1 de Janeiro 2009 Tem referências a assuntos agro-florestais e florestais.
Decreto Regulamentar n.º 10/2009 **Decreto Regulamentar n.º 11/2009** **29 Mai**	Respectivamente: – Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes – Estabelece os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional Inclui várias menções a assuntos florestais.
Despacho n.º 12796/2009 **29 Mai**	Criação da Zona de Intervenção Florestal Algodres / Vale Afonsinho (ZIF nº 63, Processo nº 74/07-AFN) Engloba vários prédios rústicos das freguesias de Algodres e Vale de Afonsinho, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. A gestão desta Zona de Intervenção Florestal é assegurada pela Transumância e Natureza – Associação.
Decisão 2009/420/CE **28 Mai**	Altera a Decisão 2006/133/CE que requer que os Estados-Membros adoptem temporariamente medidas suplementares contra a propagação de Bursaphelenchus xylophilus (Steiner et Buhrer) Nickle et al. (nemátodo da madeira do pinheiro) no que diz respeito a zonas de Portugal, com excepção daquelas em que a sua ausência é conhecida
Despacho n.º 12896/2009 **1 Jun**	Estabelece o quantitativo a pagar para a frequência de acções de formação relativas a aplicação de produtos fitofarmacêuticos por fumigação Refere-se ao tratamento de estilha de coníferas por fumigação com fosforetos.
Portaria n.º 596/2009 **3 Jun**	Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 4.1, «Cooperação para a Inovação», integrada no subprograma n.º 4, «Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER Destaca-se: - das definições g) «Fileiras estratégicas» as fileiras das frutas, flores e hortícolas, azeite e vinho, as fileiras dos produtos produzidos com indicação geográfica protegida (IGP), denominação de origem protegida (DOP) ou especialidade tradicional garantida (ETG), ou em modo de produção biológico de acordo com o normativo comunitário e nacional aplicável, e ainda as fileiras florestais do pinho, do sobreiro e das folhosas produtoras de madeira de elevada qualidade. - do artigo 5.º – Beneficiários 1 – Podem beneficiar dos apoios previstos no presente Regulamento as seguintes entidades: a) PME ou empresas que tenham menos de 750 empregados ou um volume de negócios inferior a 200 milhões de euros, que se dediquem à produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas incluídos no anexo I do Tratado ou de produtos florestais; b) Pessoas colectivas públicas ou privadas com atribuições ou actividades nas áreas de investigação e desenvolvimento; c) Pessoas singulares que exerçam actividade agrícola, actividade silvícola ou que se dediquem à transformação ou comercialização de produtos agrícolas incluídos no anexo I do Tratado ou produtos florestais; d) Associações e cooperativas dos sectores agrícola, florestal e agro-alimentar; e) Centros operativos e tecnológicos agrícolas ou florestais.

Diploma	Sumário
Informação n.º 2009/C 126/04 **5 Jun**	Comunicação da Comissão no âmbito da execução da Directiva 89/686/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro de 1989, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos equipamentos de protecção individual Salientam-se, nomeadamente, normas relativas a equipamentos de protecção na utilização de moto-serras e a equipamentos de protecção de bombeiros relativamente a incêndios florestais
Portaria n.º 609-A/2009 **5 Jun**	Altera o Regulamento de Aplicação das Acções n.os 3.1 e 3.2, «Apoio à Silvicultura» e «Restabelecimento do Potencial de Produção Silvícola», da Medida n.º 3 do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural – Programa AGRO, aprovado pela Portaria n.º 448-A/2001, de 3 de Maio.
Regulamento (CE) n.º 473/2009 **9 Jun**	Altera o Regulamento (CE) n.º 1698/2005 relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 relativo ao financiamento da política agrícola comum.
Decisão 2009/434/CE **9 Jun**	Altera a Decisão 2006/493/CE que estabelece o montante do apoio comunitário ao desenvolvimento rural para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, a sua repartição anual e o montante mínimo a concentrar nas regiões elegíveis ao abrigo do Objectivo da Convergência.
Regulamento (CE) n.º 482/2009 **10 Jun**	Altera o Regulamento (CE) n.o 1974/2006 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.o 1698/2005 do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) e o Regulamento (CE) n.o 883/2006 que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.o 1290/2005 do Conselho, no que diz respeito à manutenção das contas dos organismos pagadores, às declarações de despesas e de receitas e às condições de reembolso das despesas no âmbito do FEAGA e do Feader.
Decisão 2009/462/CE **13 Jun**	Estabelece uma derrogação à alínea d) do ponto 1 do Anexo da Decisão 2006/133/CE, com a redacção que lhe foi dada pela Decisão 2009/420/CE, no que diz respeito à data de aplicação referente à madeira susceptível com origem fora das zonas demarcadas Refere-se ao Bursaphelenchus xylophilus (Steiner et Buhrer) Nickle et al. (nemátodo da madeira do pinheiro).
Despacho (extracto) n.º 13898/2009, Despacho (extracto) n.º 13899/2009 **17 Jun**	Criação das Zonas de Intervenção Florestal de, respectivamente: – Monte de Roques (ZIF n.º 65, processo n.º 97/07-AFN) × Engloba vários prédios rústicos das freguesias de Geraz do Lima (Santa Leocádia), Geraz do Lima (Santa. Maria), Deão, Deocriste, Portela Susã, Mujães, Subportela, Vila Franca, Vila de Punhe, Vila Fria e Carvoeiro, do concelho de Viana do Castelo. × A gestão desta ZIF é assegurada pela Associação Florestal do Lima. – Lavacolhos (ZIF n.º 64, processo n.º 158/07-AFN) × Engloba vários prédios rústicos da freguesia de Lavacolhos, do concelho do Fundão. × A gestão desta ZIF é assegurada pela Pinus Verde – Associação de Desenvolvimento Integrado da Floresta.
Portaria n.º 667-A/2009. **18 Jun**	Altera o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.3.3, «Modernização e Capacitação das Empresas Florestais», da medida n.º 1.3, «Promoção da competitividade florestal», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, aprovado pela Portaria n.º 846/2008 de 12 de Agosto
Portaria n.º 667-B/2009. **18 Jun**	Altera o Regulamento da Aplicação da Acção n.º 1.3.2, «Gestão Multifuncional», da medida n.º 1.3, «Promoção da competitividade florestal», inserida no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, aprovado pela Portaria n.º 821/2008 de 8 de Agosto
Despacho n.º 14031/2009 **22 Jun**	Aprova o Regulamento do Fogo Técnico
Despacho n.º 14033/2009 **22 Jun**	Criação da unidade flexível "Divisão de Alterações Climáticas e Biodiversidade", hierarquicamente dependente da Direcção de Serviços de Ambiente e Ordenamento do Espaço Rural
Portaria n.º 678/2009 **23 Jun**	Define o período crítico no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios para 2009 O período crítico vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro de 2009

Bem-vindo ao

FORURAL

A Floresta e a Agricultura do Século XXI

O **Fórum dos Produtos & Serviços Agro-florestais - FORURAL** é um projecto da **ANEFA Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente** e surge da necessidade de centralizar as oportunidades que o Meio Rural oferece, tendo por base o grau de exigência e competitividade do mercado, quer ao nível da qualidade dos produtos e serviços, como da conservação e melhoria dos recursos naturais.

Assentando num sistema de divulgação comercial e de internacionalização do mercado, e implementando e adequando as melhores soluções técnicas, o **FORURAL** apresenta um leque variado de produtos & serviços de excelência, respondendo de modo eficaz mediante os objectivos de cada cliente.

Na sua estrutura técnica, comercial e administrativa independente, o **FORURAL** permite angariar projectos e estabelecer contratos criteriosos, uma vez que incorpora um universo de diversas empresas que operam nas fileiras florestal e agrícola, dotadas de equipas multidisciplinares, com profissionais experientes e com conhecimento na concepção e execução de todo o tipo de projectos.